

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

WILLIAN WARMLING BEZ

**ANÁLISE DE DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRA DE UMA EMPRESA DO
RAMO DE ARROZ LOCALIZADA NO SUL DE SANTA CATARINA**

CRICIÚMA

2016

WILLIAN WARMLING BEZ

**ANÁLISE DE DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRA DE UMA EMPRESA DO
RAMO DE ARROZ LOCALIZADA NO SUL DE SANTA CATARINA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado
para obtenção do grau de Bacharel no curso de
Ciências Contábeis da Universidade do Extremo
Sul Catarinense - UNESC.

Orientador: Prof. Esp. Realdo de Oliveira da
Silva

CRICIÚMA

2016

WILLIAN WARMLING BEZ

**ANÁLISE DE DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRA DE UMA EMPRESA DO
RAMO DE ARROZ LOCALIZADA NO SUL DE SANTA CATARINA**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Contábeis, no Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, com Linha de Pesquisa em Contabilidade Gerencial.

Criciúma, 1 de dezembro de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Esp. Realdo de Oliveira da Silva - UNESC – Orientador

Prof. Esp. Fabrício Machado Miguel - UNESC – Examinador

Dedico este trabalho à Deus e à minha família.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradecer à Deus por me dar oportunidade para concluir mais esta etapa e por todas as bênçãos concedidas.

Aos meus pais, Marilva e Protázio, por estarem sempre ao meu lado me apoiando e incentivando para seguir sempre em frente e orientando em busca do caminho correto.

A minha esposa Fernanda e ao meu filho Bernardo pela compreensão, pelo incentivo, amor e carinho, por estar sempre me incentivando e contribuindo como fonte inspiradora para conclusão deste trabalho e durante todo o curso. Amo vocês.

Ao meu professor orientador Realdo de Oliveira da Silva por todo o conhecimento transmitido e apoio na elaboração desse trabalho.

Aos meus colegas de faculdade, em especial, Taís, Paulo e Rafael, por todos os momentos bons que passamos juntos. Levarei vocês sempre no meu coração.

Enfim agradeço a todos que contribuíram para mais esta meta alcançada em minha vida.

“A melhor maneira que o homem dispõe para se aperfeiçoar, é aproximar-se de Deus.”

Pitágoras

RESUMO

BEZ, Willian Warmling. **Análise de desempenho econômico-financeira de uma empresa do ramo de arroz localizada no sul de Santa Catarina.** 2016. 71 p. Orientador: Esp. Realdo de Oliveira da Silva. Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Contábeis. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Criciúma – SC.

Diante do atual cenário econômico, as empresas devem buscar alternativas que as ajudem nas tomadas de decisões. Deste modo, o presente trabalho, buscou evidenciar alguns demonstrativos, as análises elaboradas a partir desses, e que são fornecidos pela contabilidade gerencial, visando auxiliar os gestores nessa tarefa, afim de verificar o desempenho econômico-financeiro da empresa e os pontos a melhorar. Os índices elaborados a partir das demonstrações financeiras, permitiram verificar os atos e fatos que influenciaram no resultado e as possíveis ações que poderão corrigi-la. A aplicabilidade da teoria no estudo de caso, possibilitou verificar a posição econômico-financeira em que a empresa se encontra e fornecer sugestões de melhorias. Para que isso se tornasse possível, foram analisadas as demonstrações financeiras fornecidas pela empresa, dos anos de 2013, 2014 e 2015. Além dos usuários internos, existem outros interessados, os usuários externos. Destaca-se que os resultados obtidos através da análise das demonstrações financeiras, mostrou que a empresa se encontra numa situação favorável, apesar do setor que está inserida e aos constantes investimentos realizados.

Palavras-chave: Demonstrações financeiras, indicadores, análise econômico-financeira.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Contabilidade Gerencial x Contabilidade Financeira	19
Quadro 2 – Grupo de contas do Balanço Patrimonial	23
Quadro 3 – Estrutura da Demonstração do Resultado do Exercício	24
Quadro 4 – Exemplo da análise horizontal.....	26
Quadro 5 – Exemplo da análise vertical.....	27
Quadro 6 – Estrutura do EBITDA.....	38
Quadro 7 – Necessidade de Capital de Giro.....	62
Quadro 8 – Demonstrativo dos Fluxos de Caixa	63
Quadro 9 – EBITDA	65

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fluxograma do Sistema de Informações Gerenciais - SIG	20
Figura 2 – Fases do Ciclo Operacional	36
Figura 3 – Ciclo Financeiro.....	37
Figura 4 – Etapas do estudo	44
Figura 5 – Ciclo Financeiro x Ciclo Operacional.....	62

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Demonstrativo do Resultado do Exercício.....	45
Tabela 2 – Balanço Patrimonial.....	46

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Liquidez Imediata.....	52
Gráfico 2 – Liquidez Corrente.....	53
Gráfico 3 – Liquidez Seca	54
Gráfico 4 – Liquidez Geral.....	55
Gráfico 5 – Composição do Endividamento	55
Gráfico 6 – Imobilização do Capital Próprio	56
Gráfico 7 – Participação de Capital de Terceiros	57
Gráfico 8 – Giro do Ativo	58
Gráfico 9 – Retorno sobre o Investimento	58
Gráfico 10 – Prazos Médios	59
Gráfico 11 – Ciclo Operacional e Financeiro	61

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AH	Análise Horizontal
AC	Ativo Circulante
AV	Análise Vertical
BP	Balanço Patrimonial
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CP	Curto Prazo
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa
DOAR	Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
DVA	Demonstração do Valor Adicionado
IRPJ	Imposto de Renda Pessoa Jurídica
LP	Longo Prazo
PC	Passivo Circulante
PIB	Produto Interno Bruto
PMRV	Prazo Médio de Recebimento das Vendas
PMPF	Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores
PMRE	Prazo Médio de Rotação do Estoque
PRODEPE	Programa de Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco
SIG	Sistema de Informação Gerencial
TON	Tonelada

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 TEMA, PROBLEMA E QUESTÃO DE PESQUISA	16
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA	17
1.3 JUSTIFICATIVA	17
1.4 ESTRUTURA DO ESTUDO	18
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	19
2.1 CONTABILIDADE GERENCIAL E FINANCEIRA	19
2.2 GESTÃO CONTÁBIL FINANCEIRA	21
2.3 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	21
2.3.1 Balanço Patrimonial – BP	22
2.3.2 Demonstração do Resultado do Exercício – DRE	23
2.3.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC	24
2.4 ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA	25
2.4.1 Análise Horizontal	26
2.4.2 Análise Vertical.....	27
2.4.3 Liquidez Imediata	28
2.4.4 Liquidez Corrente	28
2.4.5 Liquidez Seca	29
2.4.6 Liquidez Geral.....	30
2.4.7 Composição do Endividamento	30
2.4.8 Imobilização do Capital Próprio.....	31
2.4.9 Participação de Capital de terceiros.....	31
2.4.10 Giro do Ativo.....	32
2.4.11 Retorno sobre o Investimento.....	32
2.5 ANÁLISE DE CAPITAL DE GIRO	33
2.5.1 Prazo Médio de Recebimentos de Vendas.....	34
2.5.2 Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores	34
2.5.3 Prazo Médio de Rotação do Estoque.....	35
2.5.4 Ciclo Operacional.....	35
2.5.5 Ciclo Financeiro	36
2.5.6 Necessidade de Capital de Giro.....	37

2.6 EBITDA	38
3 METODOLOGIA	40
3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO.....	40
3.2 PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DE DADOS.....	41
4 ESTUDO DE CASO	42
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA	42
4.2 PRODUTOS E SERVIÇOS	42
4.3 CLIENTES.....	43
4.4 FORMA DE TRIBUTAÇÃO	43
4.5 ETAPAS DO ESTUDO.....	43
4.6 ANÁLISE PATRIMONIAL	45
4.6.1 Análise Horizontal - DRE	46
4.6.2 Análise Vertical - DRE	48
4.6.3 Análise Horizontal - Balanço Patrimonial.....	49
4.6.4 Análise Vertical - Balanço Patrimonial	51
4.7 ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRO.....	52
4.7.1 Liquidez Imediata	52
4.7.2 Liquidez Corrente	53
4.7.3 Liquidez Seca	54
4.7.4 Liquidez Geral.....	54
4.7.5 Composição do Endividamento	55
4.7.6 Imobilização do Capital Próprio	56
4.7.7 Participação de Capital de Terceiros.....	57
4.7.8 Giro do Ativo.....	57
4.7.9 Retorno Sobre o Investimento	58
4.8 INDICADORES OPERACIONAIS	59
4.8.1 Prazos Médios	59
4.8.2 Ciclo Operacional e Financeiro	60
4.8.3 Necessidade de Capital de Giro	62
4.8.4 Demonstrativo dos Fluxos de Caixa.....	63
4.8.5 Ebitda	65
4.9 ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DA EMPRESA	65
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	67

REFERÊNCIAS.....69

1 INTRODUÇÃO

Esta seção apresenta o tema de pesquisa, bem como o problema, objetivo e a justificativa, que no decorrer do trabalho serão abordados conceitos que fundamentarão a importância da Análise das Demonstrações Financeiras e como suas interpretações auxiliam na obtenção do diagnóstico da situação da empresa.

1.1 TEMA, PROBLEMA E QUESTÃO DE PESQUISA

A análise das demonstrações financeiras elaboradas por uma empresa fornece o desempenho econômico-financeiro de determinado período, produzindo dados que auxiliam na tomada de decisão e previsão de tendências. (ASSAF NETO, 2012). Por sua vez tornam-se essenciais dentro da administração da organização, devido à instabilidade econômica e a concorrência mercadológica.

A análise permite ao gestor identificar os resultados alcançados por meio das decisões tomadas, bem como conhecer a real situação da organização. Desta maneira, tem-se ferramentas que podem ser um diferencial competitivo permitindo a expansão dos negócios.

O principal objetivo das demonstrações financeiras é fornecer informações úteis a respeito do desempenho econômico-financeiro da empresa, para atender os usuários internos e externos. (ASSAF NETO, 2015)

O setor orizícola vem apresentando grande elevação devido ao crescimento populacional. Em contrapartida, a concorrência deste setor vem aumentando cada vez mais, com a abertura de indústrias em vários estados do país, importação de países vizinhos e a fatores climáticos instáveis. Neste cenário pequenos valores em negociações de compra e venda, redução de custos e tomadas de decisões acertadas fazem total diferença.

Perante essa conjuntura competitiva do mercado do arroz, informações contábeis elaboradas com fidedignidade, são cruciais para detectar pontos fortes e fracos, bem como oportunidades e ameaças da organização. Diante do exposto, têm-se a seguinte questão de pesquisa: De que forma a análise econômico-financeira pode contribuir no desempenho de uma empresa de arroz localizada no sul de Santa Catarina?

1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

Analisar a situação econômico-financeira de uma empresa de arroz localizada no sul de Santa Catarina, no período de 2013 a 2015.

Tendo como objetivos específicos para a pesquisa:

- Identificar e caracterizar a contabilidade gerencial e suas principais ferramentas para tomada de decisão.
- Discorrer sobre os principais indicadores que possam auxiliar no desempenho da empresa;
- Apresentar através de estudo de caso a análise das demonstrações financeiras de uma empresa do setor orizícola.

1.3 JUSTIFICATIVA

O arroz é o alimento mais consumido no Brasil e de maior importância para a população, com consumo interno de 12.000.000 ton\ano. (REVISTA GLOBO RURAL, 2015).

Enquanto em 2015 ante 2014 o PIB brasileiro registrou queda de 3,8%, o PIB da agricultura cresceu 1,8% em 2015 ante 2014, confirmando diante desses dados a grande importância da agricultura para a economia brasileira. (CARLOS COGO, 2016).

No ano de 2015, houve a abertura de 388,5 mil e o fechamento 302,7 mil empresas no Brasil (REVISTA SUPERMERCADO MODERNO, 2016). Dados que comprovam a necessidade de elaboração, análise e interpretação das demonstrações financeiras por parte dos gestores e administradores das empresas para correta tomada de decisão a curto e longo prazo.

Deste modo visa-se enfatizar teoricamente as ferramentas de análise dos demonstrativos financeiros a fim de aplicá-los na empresa em estudo avaliando-a econômica-financeiramente, analisando os indicadores e propondo sugestão de melhorias.

O interesse pela empresa em estudo se dá pelo motivo do seu crescimento, sendo oportuno um estudo aprofundado em seus demonstrativos. A partir dos resultados obtidos através da elaboração deste trabalho a gestão da empresa terá

uma visão mais clara da sua situação atual, permitindo que sejam revistos os processos e tomando as decisões necessárias. Considerando o acima exposto, justifica-se a realização deste trabalho visando gerar melhorias para a empresa.

Para a sociedade acadêmica e profissionais da área servirá como fonte de pesquisa e ampliação do conhecimento específico.

1.4 ESTRUTURA DO ESTUDO

Após a seção introdutória, este estudo está organizado de acordo com as seguintes etapas: fundamentação teórica; procedimentos metodológicos; análises e discussão dos resultados empíricos; e considerações finais. A fundamentação teórica reúne a revisão da literatura com estudos teóricos e empíricos acerca da análise das demonstrações financeiras em uma empresa do ramo de arroz, localizada no sul de Santa Catarina. A ênfase é análise econômico-financeiro de uma empresa do setor arrozeiro nos anos de 2013 a 2015. Em seguida, apresenta-se os procedimentos metodológicos com o método, abordagem, objetivos, estratégia e técnicas de pesquisa. Posteriormente, são discutidos os resultados alcançados e suas relações com outros estudos. Finalmente, são apresentadas as conclusões, sugestões de melhorias para a empresa estudada e pesquisas futuras e por fim limitações do trabalho.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo demonstra-se o referencial teórico utilizado, trazendo os principais conceitos do tema proposto. Primeiramente será evidenciado os demonstrativos financeiros, logo apresenta-se os métodos de análise dos demonstrativos e suas principais características.

2.1 CONTABILIDADE GERENCIAL E FINANCEIRA

As informações geradas dentro das organizações, por meio do registro dos atos e fatos contábeis, são utilizadas por diferentes usuários, os internos e externos. Tais informações são geradas pela contabilidade gerencial e financeira.

O Quadro 1 abaixo elenca as principais diferenças e particularidades entre a contabilidade gerencial e a contabilidade financeira.

Quadro 1 – Contabilidade Gerencial x Contabilidade Financeira

	Contabilidade Gerencial	Contabilidade Financeira
Usuários primários	Gestores da organização em vários níveis.	Usuários externos, como investidores e agências governamentais, mas também gestores das organizações.
Liberdade de escolha	Sem restrições, exceto custos em relação a benefícios de melhores decisões gerenciais.	Restringida pelos princípios de contabilidade geralmente aceitos.
Implicações comportamentais	Preocupação com a influência que as mensurações e os relatórios exercerão sobre o comportamento cotidiano dos gestores.	Preocupação em mensurar e comunicar fenômenos econômicos. As considerações comportamentais são secundárias, embora a compensação dos executivos baseada em resultados relatados possa ter impacto em seu comportamento.
Enfoque de tempo	Orientação para o futuro: uso formal de orçamentos, bem como de registros históricos. Ex.: orçamento de 20x2 comparado com o desempenho real de 20x1.	Orientação para o passado: avaliação histórica. Ex.: desempenho real de 20x2 comparado com o desempenho real de 20x1.
Horizonte de tempo	Flexível, com uma variação que vai de horas a 10 ou 15 anos.	Menos flexível, geralmente um ano ou um trimestre.
Relatórios	Detalhados; preocupam-se com detalhes de partes da entidade, produtos, departamentos, territórios etc.	Resumidos; preocupam-se primeiramente com a entidade como um todo.
Delineamento de Atividades	Campo de ação se define com menos precisão. Uso mais intenso de disciplinas como economia, ciências de decisão e comportamentais.	Campo de ação se define com maior precisão. Menor uso de disciplina afins.

Fonte: Horngren, Sundem, Stratton, (2004, p. 5)

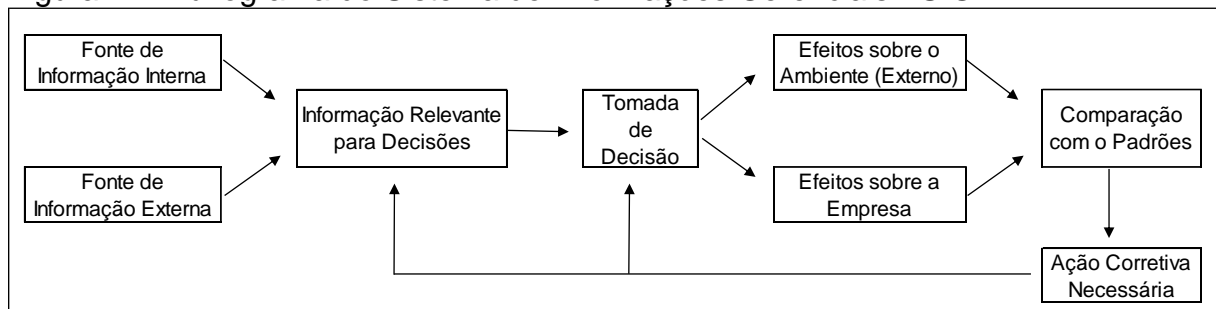
A contabilidade gerencial encarrega-se por gerar informações para os

usuários internos. Essas informações são importantes para auxiliar os gestores nas tomadas de decisões, planejamentos e avaliação do desempenho econômico-financeiro. Na contabilidade gerencial as informações são apresentadas num grau de detalhe mais analítico, numa forma de apresentação e classificação diferenciada, visando auxiliar os gerentes no processo decisório. (IUDÍCIBUS, 1998)

Todavia, para atender sua finalidade a contabilidade gerencial precisa de um sistema de informações apropriado. Crepaldi (1998, p. 18) afirma que este ramo da contabilidade “é voltado para a melhor utilização dos recursos econômicos da empresa, através de um adequado controle dos insumos efetuados por um sistema de informação gerencial”.

A Figura 1 a seguir exemplifica o funcionamento do Sistema de Informações Gerenciais.

Figura 1 – Fluxograma do Sistema de Informações Gerenciais - SIG



Fonte: Oliveira (2009, p. 27)

O Sistema de Informação Gerencial – SIG, é um conjunto de dados transformados em informações, que auxiliam os gestores no processo decisório, oferecendo apoio necessário para alcançar o resultado esperado. (SOUZA, 2008)

As informações geradas para os usuários externos, como acionistas, credores, instituições financeiras e governamentais são fornecidas pela contabilidade financeira.

Frezatti (2007, p.3), conceitua por meio dos principais órgãos reguladores:

FASB (1980) – A divulgação financeira deve fornecer informações que sejam uteis para investidores e credores atuais e em potencial bem como para outros usuários que visem à tomada racional de decisões de investimento, crédito e outras semelhantes.

CVM (1986) – Permitir, a cada grupo principal de usuários, a avaliação da situação econômica e financeira da entidade, num sentido estático, bem como fazer inferências sobre suas tendências futuras. Para a consecução desse objetivo, é preciso que as empresas deem ênfase a evidenciação de todas as informações que permitam não só a avaliação da situação patrimonial e das mutações desse patrimônio, mas além disso, que possibilitem a realização de inferências sobre o seu futuro.

Em suma, a contabilidade financeira visa preparar as informações conforme as normas específicas apresentando aos usuários externos a posição financeira da empresa com o intuito de atrair investidores ou a quem as demonstrações forem necessárias. Já a gerencial fornece informações aos gestores auxiliando na tomada de decisões e projeções futuras.

2.2 GESTÃO CONTÁBIL FINANCEIRA

A gestão contábil financeira é uma ferramenta que auxilia a administração na tomada de decisões. Segundo Marion (2009), a gestão contábil coleta dados econômicos, e mensura-os monetariamente, registra-os e transforma-os em relatórios ou comunicados, que contribuem para as tomadas de decisões.

Por outro lado, a gestão contábil é também um “conjunto de acontecimentos, oriundos de decisões administrativas, que envolvem a entidade, isto é, a administração, gerência, ato de gerir a empresa” (GRECO e AREND, 2011, p.53).

Contudo, a gestão contábil financeira torna-se indispensável dentro das organizações, tendo em vista a importância das informações geradas para elaboração dos índices e por consequência a tomada de decisões.

2.3 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A contabilidade elabora no final de cada exercício social um conjunto de informações que reflete a real posição patrimonial, financeira e econômica da empresa, chamadas de demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras são obtidas através da escrituração dos fatos ocorridos na empresa, seguindo os

princípios de contabilidade, daí a necessidade de profissionais capacitados para o fornecimento de informações fidedignas.

O objetivo das demonstrações financeiras é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o desempenho e as mudanças na posição financeira da entidade, que sejam úteis a um grande número de usuários em suas avaliações e tomadas de decisão econômica. (CPC 00, 2008)

Neste sentido é de suma importância que os contadores, gestores ou usuários saibam analisar e interpretar as informações para que não haja distorções na tomada de decisão.

Dentre as demonstrações financeiras a serem elaboradas e analisadas Crepaldi (2013) em acordo com o artigo 176 da Lei 6.404-76, destacam-se: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, Demonstrações dos Fluxo de Caixa – DFC.

2.3.1 Balanço Patrimonial – BP

O balanço patrimonial apresenta todos os bens e direitos (ativo), bem como as obrigações (passivo e patrimônio líquido) de um determinado período, geralmente no fim do ano ou de um período pré-fixado. O Balanço Patrimonial é constituído de duas colunas, a do lado direito é chamada Passivo ou Patrimônio Líquido, a do lado esquerdo é chamada Ativo. (IUDÍCIBUS, 2008)

O objetivo do balanço patrimonial é demonstrar a situação do patrimônio da empresa. As contas do balanço são agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e análise da situação financeira da empresa. As contas do ativo estão dispostas em ordem decrescente de liquidez ou conversibilidade e as contas do passivo e patrimônio líquido em ordem decrescente de exigibilidade. (BRAGA e ALMEIDA, 2008).

No Quadro 2 está elencada o grupo de contas e as principais contas do Balanço Patrimonial.

Quadro 2 – Grupo de contas do Balanço Patrimonial

ATIVO	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO
1. Ativo Circulante	4. Passivo Circulante
2. Ativo Não Circulante	5. Passivo Não Circulante
2.1 Realizável a Longo Prazo	6. Patrimônio Líquido
2.2 Investimentos	6.1 Capital Realizado
2.3 Imobilizado	6.2 Reservas de Capital
2.4 Intangível	6.3 Ajustes de Avaliação Patrimonial
	6.4 Reservas de Lucros
	6.5 Ações em Tesouraria (-)
	6.6 Prejuízos Acumulados (-)

Fonte: Braga e Almeida (2008, p. 58)

O Balanço Patrimonial é um importante instrumento para tomada de decisões internas, visto que através dele são extraídos importantes informações para projeções futuras como, os índices de liquidez e endividamento e análises do capital de giro.

2.3.2 Demonstração do Resultado do Exercício – DRE

O art. 187 da lei 6.404/76, instituiu o DRE, e tem como objetivo principal apresentar o resultado apurado nas operações realizadas em determinado período, geralmente 12 meses.

Elucida Braga e Almeida (2008, p. 77-78):

A demonstração do resultado do exercício deve apresentar o resumo das variações positivas (receitas e ganhos) e negativas (custos, despesas e perdas), ocorridas em determinado período de tempo, normalmente no exercício social, em função da exploração das atividades operacionais da empresa.

Para melhor entendimento, o Quadro 3 apresenta a estrutura da DRE sugerido por Braga e Almeida (2008, p. 84):

Quadro 3 – Estrutura da Demonstração do Resultado do Exercício

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	
Receita Bruta	
(-) Deduções (devoluções de vendas, abatimentos, e impostos incidentes)	
= Receita Líquida	
(-) Custo das Vendas (de produtos, mercadorias e serviços vendidos)	
= Lucro (ou prejuízo) bruto	
(-) Despesas operacionais (comerciais, administrativas, financeiras líquidas)	
+/- Outras Receitas e Despesas	
= Resultado do Exercício antes do Imposto de Renda	
(-) Provisão para imposto de renda/participações (debenturistas, empregados, administradores etc.)	
= Lucro (ou prejuízo) líquido do exercício = \$ por ação do capital social	

Fonte: Adaptado de Braga e Almeida (2008, p. 84)

Conforme alterações na Lei 11.941/09 a DRE sofreu algumas mudanças em sua estrutura, como a extinção das contas de receitas e despesas operacionais e não operacionais, passando a ser denominadas como outras receitas e outras despesas (Lei 11.941/09).

Assaf Neto (2015) afirma que em síntese a DRE demonstra de forma esquematizada os resultados obtidos em determinado exercício social, que serão transferidos para as contas do patrimônio líquido.

2.3.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC

As demonstrações dos Fluxos de Caixa – DFC surgiu com a Lei 11.638/07, na qual substituiu a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos – DOAR antes trazida pela Lei 6.404/76, mediante sua publicação se tornou obrigatória para as companhias abertas e as de grande porte. Tal demonstrativo evidencia a situação financeira da empresa, apresentando a entrada e saída de caixa e equivalentes de caixa.

O Pronunciamento Técnico CPC 03 (2010) aborda que a demonstração dos Fluxos de Caixa, são úteis para os usuários das informações contábeis, pois proporciona uma base para avaliar a capacidade da empresa em gerar caixa e equivalentes de caixa e a necessidade de utilização desses recursos, influenciando nas decisões econômicas que são tomadas pelos usuários.

Marion (2012) aborda sobre a definição do DFC como: a evidenciação das modificações ocorridas em determinado período, no saldo de disponibilidades de caixa e equivalentes de caixa, através dos fluxos de recebimento e pagamentos.

Almeida (2014, p.186) reforça sobre o objetivo da DFC:

O objetivo da DFC é fornecer informações relevantes sobre recebimentos e pagamentos de caixa de uma companhia durante certo período, de maneira a proporcionar aos usuários das demonstrações financeiras uma base para avaliar a capacidade da entidade de gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como de entender as necessidades da entidade desses fluxos.

A DFC é composta por três fluxos financeiros, conforme estabelece o Pronunciamento Técnico 03, e são eles: atividades operacionais, atividades de investimentos e atividades de financiamentos.

As atividades operacionais são uma das principais fontes de recursos da empresa e uma das principais informações da DFC, pois traz a capacidade da empresa em gerar lucros com a atividade principal. Iudícibus et al. (2010, p. 567), reforça que as atividades operacionais “envolvem todas as atividades relacionadas com a produção e entrega de bens e serviços e os eventos que não sejam definidos como atividade de investimento e financiamento”.

As Atividades de Investimentos, apresentam os desembolsos efetuados para aquisição de ativos visando geração de lucros futuros, bem como as transações envolvendo esses ativos. Carlin e Hoog (2011, p. 83) articula que as atividades de investimento “são referentes à aquisição e à venda de ativos de longo prazo e de outros investimentos não incluídos nos equivalentes de caixa”.

Nas atividades de financiamentos, são apresentadas as transações de obtenção de recursos captados, geralmente de terceiros, no intuito de financiar suas atividades. Além do ingresso de recursos, também são classificados como atividades de financiamentos desembolsos relacionados a estas operações, tais como amortização de empréstimos e dividendos. (SOUZA, 2014)

Existem duas formas de apresentar o Demonstrativo dos Fluxos de Caixa, o método direto e o indireto.

2.4 ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

A análise econômico-financeira teve seu início de forma mais sólida no final do século XIX, tendo em vista os empréstimos solicitados pelas empresas junto as

instituições financeiras, e estas solicitavam as demonstrações financeiras para a análise e liberação do crédito. (MARION, 2006)

Também conhecida como análise das demonstrações financeiras, a análise econômico-financeira, tem por finalidade avaliar a situação patrimonial da empresa, utilizando um conjunto de técnicas e documentos contábeis. (NABAIS, 2007)

Padoveze (2008) reforça que a análise econômico-financeira é uma importante ferramenta no processo gerencial de uma empresa, pois objetiva verificar a situação da organização, com base na análise dos demonstrativos financeiros.

Uma análise adequada e segura se dá com a interpretação de um conjunto de indicadores, sendo primordial interpretá-los corretamente evitando problemas futuros. Além disso é indispensável considerar os acontecimentos do ambiente externo, que podem causar grandes impactos dentro da empresa. (IUDÍCIBUS, 2008)

2.4.1 Análise Horizontal

Por meio dessa análise é possível avaliar a evolução das contas individuais e comparar indicadores de períodos diferentes. Ela baseia-se na evolução das contas das demonstrações financeiras em relação a demonstrações anteriores. (MATARAZZO, 2003)

Padoveze (2008) afirma que através dessa análise é possível verificar o desempenho dos saldos ao longo dos períodos analisados, avaliando a variação percentual ocorrida de um período para outro, procurando comprovar se ocorreu crescimento ou decréscimo do período analisado. Para calcular, define-se um período como base e se consideram os demais períodos em relação a este.

Em sua elaboração afirma Matarazzo (2010) que é utilizada “a técnica dos números-índices em que no primeiro ano todos os valores são considerados iguais a 100”.

A seguir o Quadro 4 demonstra o exemplo da análise horizontal.

Quadro 4 – Exemplo da análise horizontal

<u>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO</u>	<u>ANO 2014</u>	<u>ANO 2015</u>	<u>AH %</u>
Receita Bruta	1.000,00	1.500,00	50

Fonte: Adaptado de Reis (2003)

Dividindo a receita bruta do ano de 2014 pela de 2015, tem-se $1.000 / 1.500 \times 100 = 50\%$. Logo entende-se que a receita bruta obteve um aumento de 50% no ano de 2015 em relação a 2014.

Esta análise permite ao gestor identificar a evolução de cada conta em relação ao ano anterior, verificando quais contas estão interferindo no resultado e tomar as decisões para corrigi-las.

2.4.2 Análise Vertical

Esta análise permite verificar a variação da conta em relação ao total de seu grupo ou subgrupo. Santos, Schmidt e Martins (2006) elucidam que a análise vertical evidencia em percentual de cada rubrica de uma demonstração em relação ao totalizador, permitindo ao gestor identificar os itens mais significativos na composição da demonstração contábil.

Conforme Iudícibus (2008) esta análise “é importante para avaliar a estrutura de composição de itens e sua evolução no tempo”, ou seja, estes serão comparados entre si, de modo a evidenciar as modificações ocorridas ao longo do período analisado.

A seguir o Quadro 5 demonstra o exemplo da análise vertical.

Quadro 5 – Exemplo da análise vertical

<u>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO</u>	<u>ANO 2014</u>	<u>AV %</u>
Receita Líquida	1.000,00	100
Custo dos Produtos Vendidos	450,00	45
Resultado Bruto	550,00	55

Autor: Adaptado de Matarazzo (2003)

A receita líquida representa 100%, sendo a conta totalizadora. Dentro do grupo da receita líquida encontra-se o custo dos produtos vendidos, representando 45% em relação a receita líquida, e seguindo o resultado bruto com 55% da conta totalizadora. Os valores apresentados possibilitam ao analista averiguar possíveis contas que estão influenciando de forma significativa no resultado da organização.

Entretanto as análises horizontal e vertical não devem ser elaboradas isoladamente, é importante analisa-las juntamente com os indicadores financeiros, como liquidez, rentabilidade e endividamento.

2.4.3 Liquidez Imediata

O índice de liquidez imediata demonstra a capacidade de pagamento das obrigações da empresa a curto prazo.

Utiliza-se a seguinte equação para encontrar a liquidez imediata, conforme Marion (2007):

$$LI = \frac{\text{Disponibilidades (Caixa + Bancos + Aplicações de Curto Prazo)}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Assaf Neto (2012), afirma que este índice revela a porcentagem da condição de liquidação das dívidas a curto prazo, sendo normalmente de baixo interesse, visto que as empresas não mantem recursos monetários em caixa.

A interpretação indica quanto tem de disponibilidades para pagamento de cada R\$ 1,00 de passivos circulantes. Todavia este índice considera o passivo circulante no total, ou seja, as contas vencíveis em 360 dias, e as disponibilidades que tem-se disponível naquele momento, sendo praticamente irrelevante seu cálculo.

2.4.4 Liquidez Corrente

A liquidez corrente compara os ativos, passivos e obrigações vencíveis cuja realização se dá em até 12 meses. O índice de liquidez corrente indica quão sólida é a base financeira da empresa frente a seus compromissos de curto prazo e quantas vezes os ativos circulantes de uma empresa cobrem os passivos circulantes (BLATT, 2001).

Emprega-se a seguinte fórmula para cálculo da liquidez corrente, conforme Marion (2002):

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Este índice evidencia quanto a empresa possui de ativo circulante, para cada 1,00 real de obrigações do passivo circulante, ou seja, caso o resultado de menor que 1, significa que a empresa precisa rever seu planejamento e verificar quais pontos necessitam ser melhorados, e caso for maior que 1 mostra que a empresa tem saldo de ativo circulante suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo.

Entretanto, ao analisar o índice de Liquidez Corrente, deve-se considerar a falta de sincronização entre recebimentos e pagamentos. Enfatiza Marion (2002), que por meio do índice não é possível identificar se os recebimentos ocorrerão em tempo para pagar as dívidas vencidas.

Matarazzo (2003) ainda aponta alguns itens que devem ser considerados, como a impossibilidade em vender os estoques e receber as duplicatas instantaneamente, caso exista a necessidade de liquidação das dívidas da empresa.

2.4.5 Liquidez Seca

Indica a capacidade da empresa em saldar suas dívidas de curto prazo sem considerar os estoques. Assaf Neto (2012) explica que a liquidez seca utiliza os itens monetários de maior liquidez do ativo circulante para saldar dívidas de curto prazo.

Iudícibus (2014) traz a fórmula da liquidez seca:

$$LS = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoque}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Iudícibus (2014) ainda complementa que eliminando os estoques do numerador, está-se extinguindo uma fonte de incerteza. O estoque precisa de tempo para vender e conseqüentemente prazo para recebimento, tornando-se um tempo longo.

Utilizando essa fórmula, é possível calcular a liquidez da empresa em curto prazo, mostrando a capacidade da empresa em converter seu ativo circulante para cada R\$ 1,00 real de dívida também de curto prazo. Quanto maior esse índice melhor.

2.4.6 Liquidez Geral

A liquidez geral engloba a capacidade de pagamento da empresa em saldar suas dívidas de curto e longo prazo. Para cada R\$ 1,00 que a empresa tem de dívida, quanto existe de ativo circulante e realizável a longo prazo. (ASSAF NETO 2002)

Padoveze e Benedicto (2010) apresentam a fórmula para o cálculo do índice:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

A interpretação desse índice, para Ribeiro (2011) é verificar a solidez financeira da empresa, com os compromissos assumidos com terceiros de curto e longo prazo.

2.4.7 Composição do Endividamento

Este índice demonstra o nível de exigibilidade de curto prazo do endividamento. Conforme Silva (2010) por meio deste indicador é possível mensurar a quantidade de dívidas da empresa com vencimento no curto prazo em relação a dívida total.

Bruni (2011) reforça que este índice demonstra o percentual do endividamento centralizado no curto prazo. Quanto maior este índice pior, todavia será maior a pressão para a empresa em gerar recursos para honrar seus compromissos.

Martins (2014) aborda a fórmula para o cálculo:

$$\text{Composição do Endividamento} = \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Capital de Terceiros}}$$

O mesmo autor afirma que uma empresa com altos níveis de endividamento no longo prazo terá melhores condições de gerar recursos para cumprir com seus compromissos, como num momento de crise.

2.4.8 Imobilização do Capital Próprio

Este índice revela quanto do Patrimônio Líquido está aplicado no Ativo Permanente. Silva (2010) salienta que quanto mais a empresa investir em seu Ativo Imobilizado, mais ela se torna dependente de capital de terceiros para financiar seu capital de giro.

Abaixo segue a fórmula para o cálculo do índice:

$$ICP = \frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimonio Líquido}} \times 100$$

A interpretação indica quantos reais a empresa aplicou no Ativo Permanente para cada R\$ 1,00 de Patrimônio líquido, quanto menor o resultado melhor para a empresa.

Para considerar este indicador deve-se levar em consideração o setor que a empresa está inserida, pois existem empresas que a imobilização é diferente daquela que tem como principal ativo o capital humano, como uma empresa de auditoria. (MARTINS 2014)

2.4.9 Participação de Capital de terceiros

Este índice apresenta o grau de endividamento da empresa em relação ao capital próprio. Também conhecido como índice de grau de endividamento, é um indicador que revela a dependência da empresa em relação a terceiros e relaciona duas fontes de recursos, capitais próprios e de terceiros. (MATARAZZO 1998)

De acordo com Bruni (2011) utiliza-se a seguinte equação para o cálculo:

$$PCT = \frac{\text{Capital de Terceiros}}{\text{Patrimonio Líquido}}$$

A explicação sugere quanto a empresa tomou de capital de terceiros para cada R\$ 1,00 do patrimônio líquido. Quanto menor este índice, melhor será a capacidade financeira da empresa e menor a dependência de capital de terceiros.

Muitas empresas vão a falência quando apresentam por um período consideravelmente longo, alto quociente de participação de capital de terceiros, mais nem toda a empresa que apresenta este índice vai à falência, mas quase todas que falem apresentam esse sinal. (IUDÍCIBUS 2014)

2.4.10 Giro do Ativo

Este quociente compara as vendas da empresa em relação ao seu investimento. Silva (2010) afirma que este indicador relaciona as vendas do período com os investimentos totais efetuados na empresa, mostrando a “produtividade” do ativo total.

A fórmula para o quociente é elencada por Padoveze (2010):

$$Giro\ do\ Ativo = \frac{Vendas\ Líquidas}{Ativo\ Total}$$

Demonstra quanto a empresa vendeu para cada R\$ 1,00 do investimento. Quanto maior, melhor. Martins et al (2014) reforça que quanto mais a empresa conseguir girar seu ativo, melhores serão os resultados, ou seja, quanto menor o estoque maior a rentabilidade.

Em suma quanto maior o giro do ativo causado pelas vendas, maiores as chances de cobrir as despesas com uma margem de lucro.

2.4.11 Retorno sobre o Investimento

Os recursos próprios aplicados pelos proprietários (acionista), cujo valores são registrados no Patrimônio Líquido, e os recursos (passivos) onerosos (dividas que produzem juros) compõe o capital investido. (ASSAF NETO, 2009).

O resultado é obtido através da fórmula abaixo:

$$ROI = \frac{Lucro\ Líquido}{Investimento\ (PO + PL)} \times 100$$

Reis (2009, p. 294) afirma que o presente índice é “informa o número de anos que decorrerão até que os lucros gerados possam cobrir o capital total investido”.

Para exercer suas atividades, para produzir e vender, a empresa precisa de investimentos em instalações, ferramentas, máquinas, estoques, etc., sendo assim, a rentabilidade do negócio depende do capital investido. (MATINS, MIRANDA E DINIZ, 2014)

Desta forma, este índice se torna indispensável na análise da empresa, visto que mostra a eficiência de vários setores no seu resultado.

2.5 ANÁLISE DE CAPITAL DE GIRO

De grande importância é a análise de determinados índices para uma tomada de decisão acertada, entre esses índices destaca-se a análise de Capital de Giro.

Segundo Braga (1991, p. 1), “a administração do capital de giro constitui um processo de planejamento e controle dos recursos financeiros aplicados no ativo circulante das empresas”. Sendo assim é importante que as empresas conduzam corretamente os itens que compõe o capital de giro, haja vista a falta de planejamento pode afetar a capacidade de cumprimento das obrigações e ainda prejudicar a rentabilidade das empresas.

Para Assaf Neto e Silva (2002, p. 15), “a administração do capital de giro diz respeito à administração das contas dos elementos de giro, ou seja, dos ativos e passivos correntes (circulantes)”.

Para uma acertada tomada de decisão é indispensável uma boa administração de capital de giro, tendo em vista sua importância no desenvolvimento operacional da empresa, mas para que isso aconteça o gestor precisa conhecer o setor que a empresa está inserida, seu ciclo produtivo, a forma de cobrança e pagamento.

2.5.1 Prazo Médio de Recebimentos de Vendas

Este indicador mostra quantos dias ou meses em média a empresa leva para receber suas vendas. (ASSAF NETO, 2002). No tocante do montante das duplicatas a receber, irá depender de suas vendas a prazo e dos prazos concedidos.

Marion (2012, p. 115) traz a fórmula para o indicador:

$$PMRV = \frac{\text{Duplicatas a Receber}}{\text{Vendas Brutas}} \times 360$$

Para o cálculo deve-se utilizar somente as vendas a prazo, caso seja utilizado todas as vendas, o prazo encontrado na verdade será o ponderado entre as vendas à vista e a prazo. (MARTINS. MIRANDA E DINIZ, 2014)

Quanto menor este índice melhor, pois significa que a empresa está tendo um prazo curto para recebimento de suas duplicatas.

Cabe salientar que o prazo de vendas concedido para clientes muitas vezes não é uma decisão da empresa, e sim uma necessidade mercadológica.

2.5.2 Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores

Este indicador revela qual o prazo médio de pagamento à fornecedores, em vista daquilo que a empresa pagou para revender ou produzir. Silva (2010) complementa que o prazo médio de pagamentos fornecedores indica quantos dias ou meses a empresa leva para pagar suas dívidas junto aos fornecedores.

De acordo com Junior e Begalli (2009) a fórmula para cálculo do índice é a seguinte:

$$PMPF = \frac{\text{Fornecedores}}{\text{Compras}} \times 360$$

Para encontrar o valor das compras é necessário aplicar a fórmula: Custo das mercadorias vendidas = Estoque Inicial + Compras – Estoque Final. (MARTINS, MIRANDA E DINIZ, 2014, p. 175)

O PMRV e o PMPF têm relação entre si, sendo necessário compará-los. De forma que o PMPF deverá ser superior ao PMRV, permitindo a manutenção de um adequado nível de liquidez.

2.5.3 Prazo Médio de Rotação do Estoque

O prazo médio de estocagem ou renovação do estoque, é o período compreendido entre o tempo de compra da matéria-prima até o momento da sua venda. Padoveze (2008) complementa que este indicador indica a velocidade em que o estoque se transforma em produção vendida.

Marion (2012, p. 114) aborda a fórmula para cálculo do indicador:

$$PMRE = \frac{\text{Estoques}}{\text{Custos das Vendas}} \times 360$$

Em suma este índice quanto menor o resultado melhor, pois indica uma boa rotatividade dos estoque e boas vendas do setor comercial, mais pode exprimir um subinvestimento dos estoques, e perda das vendas, mas em contrapartida um elevado resultado pode indicar um superinvestimento em estoque. (BRAGA, 2012). Um bom nível de estoque depende das particularidades de cada negócio. (VASCONCELOS, 2006)

O gestor ao analisar este índice, primeiramente deverá compreender a área de atuação da empresa, haja vista que este influencia significativamente na análise do resultado.

2.5.4 Ciclo Operacional

O ciclo operacional é o período compreendido entre a compra da matéria-prima ou mercadoria e o recebimento das vendas.

Padoveze e Benedicto (2010) afirmam que “o ciclo operacional corresponde a todas as ações necessárias exercidas para o desempenho de cada atividade. É o processo de gestão de cada atividade e inclui o planejamento, a execução e controle.”

A Figura 2 representa as fases do ciclo operacional da empresa.

Figura 2 – Fases do Ciclo Operacional



Autor: Martins, Miranda e Diniz (2014, p. 170)

O financiamento do período em que não há ingressos de valores são obtidos juntamente com os próprios fornecedores de mercadorias e serviços. (MARTINS, MIRANDA e DINIZ, 2014)

Por fim, pode-se afirmar que o Ciclo Operacional compreende a soma do Prazo Médio de Renovação de Estoque (PMRE) e Prazo Médio de Recebimento de Vendas (PMRV).

2.5.5 Ciclo Financeiro

O ciclo financeiro compreende o período do desembolso para pagamento dos materiais até o recebimento da venda do produto acabado ou mercadoria. Tófoli (2008, p. 50) define ciclo financeiro com aquele que se inicia no pagamento dos fornecedores e finaliza no recebimento das vendas, neste período a empresa financia suas operações sem a participação de fornecedores.

A Figura 3 abaixo demonstra o ciclo financeiro.

Figura 3 – Ciclo Financeiro



Autor: Martin, Miranda e Diniz (2014, p. 171)

Quanto mais rápido a empresa conseguir transformar seus estoques em mercadoria, menor será seu ciclo financeiro, assim também quanto maior os prazos contraídos com os fornecedores, menor será o ciclo de caixa, e por consequência será menor os investimentos em capital de giro. (MARTIN, MIRANDA E DINIZ, 2014)

Quanto maior o ciclo financeiro, pior para a empresa, visto que necessita de mais recursos próprios e de terceiros, ocasionando maiores custos financeiros e afetando a rentabilidade.

2.5.6 Necessidade de Capital de Giro

O período compreendido entre o pagamento e recebimento das mercadorias, ou seja, o intervalo de tempo em que ocorre o desembolso para custeio das operações e não há entradas correspondentes de caixa, neste momento acontece a necessidade de capital de giro. Monteiro (2003) afirma que a necessidade de capital de giro é a diferença entre os ativos e passivos operacionais, sendo positiva quando o ciclo operacional for maior que o prazo de pagamento e negativo quando for ao contrário.

Conforme Neto e Silva (2010, p. 15):

Os elementos que compõem o ativo circulante não costumam apresentar sincronização temporal equilibrada em seus níveis de atividade. Desta forma, pelo fato de as atividades de produção, venda e cobrança não serem sincronizadas entre si, faz-se necessário o conhecimento integrado de suas evoluções como forma de se dimensionar mais adequadamente o investimento necessário em capital de giro e efetivar seu controle.

Os recursos para financiar a necessidade de capital de giro podem ser captados de terceiros através de empréstimos e financiamentos ou de recursos próprios por meio do aumento de capital (ASSAF NETO, 2012).

Martins, Miranda e Diniz (2014, p. 154) apresenta a fórmula para o cálculo da necessidade de capital de giro:

$$NCG = AC \text{ (Operacional)} - PC \text{ (Operacional)}$$

O ativo circulante é composto por duas partes a operacional (relativa do próprio negócio) também conhecida como cíclica e outra parte não ligada a operação como os itens financeiros, e da mesma forma acontece o passivo circulante. Martins, Miranda e Diniz (2014)

Por fim representa a necessidade de capital que a empresa tem para financiar o seu ciclo operacional, após ter utilizado os recursos gerados pelo próprio ciclo.

2.6 EBITDA

Este é mais um índice para avaliar o desempenho da empresa. Ele mede a capacidade operacional de geração de caixa da empresa. EBITDA significa Earnings Before Interests, Taxes, Depreciation and Amortization, em português representa o lucro antes dos juros, imposto de renda, amortização e depreciação – LAJIDA. (VASCONCELOS, 2006)

O EBITDA é um indicador que visa avaliar a capacidade operacional da empresa, para isso não se deve incluir as despesas que não estão ligados diretamente a atividade da empresa.

Iudícibus (2014, p. 247) traz um exemplo de cálculo para o EBITDA, obtido através da estrutura da DRE, conforme Quadro 6:

Quadro 6 – Estrutura do EBITDA

EBITDA
Receita Bruta
(-) Deduções Receita Bruta
= Receita Líquida
(-) CMV
= Lucro Bruto
(-) Despesas Operacionais
= EBITDA

Autor: Adaptado de Iudícibus (2014, p. 47)

Esta apresentação possibilita ao analista das demonstrações financeiras uma clara ideia da situação econômica da empresa, possibilitando comparação do índice com outras empresas, visto que engloba somente as receitas e despesas que estão vinculadas a atividade principal da empresa.

3 METODOLOGIA

Na metodologia do trabalho o objetivo principal é descrever os procedimentos metodológicos utilizados na preparação do trabalho. Exibi todas as técnicas e procedimentos. São identificadas estas informações em bibliografias, proporcionando confiabilidade às informações contidas neste estudo.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Para alcançar os objetivos delineados neste trabalho precisa-se adotar uma metodologia de pesquisa. De acordo com Alves (2007), a metodologia é o momento em que há a escolha dos procedimentos que serão adotados para a concretização dos objetivos.

Em relação aos objetivos, adota-se a pesquisa descritiva, todavia serão analisadas as demonstrações financeiras de uma empresa tributada pelo lucro real. Conforme Martins Junior (2008, p. 82), esse tipo de pesquisa tem por objetivo descobrir e observar fenômenos, situações e eventos existentes descrevendo-os e classificando-os, comparando-os, interpretando-os e avaliando-os, clareando as situações e planejando planos e decisões.

Quanto a abordagem do problema, serão utilizadas as duas formas: qualitativa e quantitativa. Na utilização da pesquisa qualitativa serão analisadas e interpretadas as demonstrações financeiras da empresa estudada. Para Alves (2007, p. 58) a pesquisa qualitativa tem como características:

- O pesquisador procura captar a situação ou fenômeno em toda a sua extensão.
- Trata de levantar passíveis variáveis existentes e na sua interação, o verdadeiro significado da questão, daí a experiência ser do pesquisador ser fundamental.
- O pesquisador colhe informações, examina cada caso separadamente e tenta construir um quadro teórico geral (método indutivo).

Com relação à pesquisa quantitativa trará dados numéricos coletados das demonstrações financeiras. Alves (2007, p. 58) a define como aquela que:

- Busca estabelecer relação entre causa e efeito entre as variáveis de tal modo que a pergunta em que medida?“ seja respondida com razoável rigor.
- Parte de parâmetros (características mensuráveis de populações, por exemplo) e examina hipóteses de caráter particular.
- É metrificante; pressupõe a utilização da estatística.

O presente estudo visa analisar e interpretar as demonstrações financeiras, no intuito de verificar qual a situação econômico-financeira da empresa X. Este procedimento denomina-se estudo de caso. De acordo com Gil (1996, p.58), “o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento”.

Quanto a pesquisa adota-se a documental, contudo foram coletados dados das demonstrações financeiras do ano de 2013, 2014 e 2015. Silva e Grigolo (2002 apud BEUREN, 2006, p.89) “visa selecionar, tratar e interpretar a informação bruta, buscando extrair dela algum sentido e introduzir-lhe algum valor”.

Quanto aos procedimentos serão utilizados os bibliográficos. Este tipo de pesquisa feito em materiais já publicados, seja livros, artigos, revistas, etc. Neste caso, serão abordados conceitos sobre as demonstrações financeiras.

Dadas as características da pesquisa, definem-se as limitações do presente estudo: análise econômico-financeiro de uma indústria de arroz situada no sul de Santa Catarina.

Definido os procedimentos metodológicos, desenvolve-se o presente estudo, visando alcançar os objetivos propostos e resolução do problema proposto.

3.2 PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Primeiramente será apresentado a estrutura organizacional da empresa e seu mercado de atuação.

As informações serão obtidas por meio dos Balanços Patrimoniais, Demonstrativo do Resultado do Exercício e Demonstrativo dos Fluxos de caixa. A partir desses documentos será elaborada uma análise com todos os indicadores abordados na fundamentação teórica e posteriormente verificar qual a situação econômico-financeira que a empresa se encontra. Por fim, será elaborado um parecer para a empresa informando sua situação e sugestões de melhorias.

4 ESTUDO DE CASO

Neste capítulo apresenta-se o estudo de caso da empresa X, no qual é objeto deste trabalho analisar as demonstrações financeiras disponibilizadas pela empresa, e por meio da utilização dos métodos de análise horizontal e vertical e dos indicadores financeiros obter a real situação econômico-financeira mesma. A empresa objeto do estudo de caso, não autorizou que o nome fosse mencionado, sendo tratada como empresa X.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA

A empresa X foi fundada em julho de 1986 no interior do município de Nova Veneza – SC, e tendo como seu negócio o beneficiamento e comércio de arroz, e cinco anos mais tarde ampliou-se as instalações com os primeiros silos de armazenagem.

Com a perspectiva de crescimento, no ano de 2005, levou a abertura de duas filiais nas cidades de Triunfo - RS e Eldorado do Sul – RS, somente para a armazenagem de arroz.

Anos mais tarde em 2010 houve a abertura de mais uma filial em Caruaru – PE, para a produção e distribuição. Em 2015 inaugurou-se um centro de distribuição na cidade de Fortaleza – CE e uma indústria de beneficiamento de arroz na cidade de Eldorado do Sul – RS.

4.2 PRODUTOS E SERVIÇOS

A empresa produz e comercializa: arroz parboilizado tipo 1 e tipo 2, arroz polido tipo 1 e tipo 2, arroz integral, arroz de cachorro, fragmentos e farinha de arroz, além dos subprodutos: farelo, quirera, rizeta e a casca do arroz. A matéria-prima utilizada é colhida e armazenada em silos próprios no período de colheita, e são depositados por produtores parceiros da empresa.

A empresa terceiriza também os seguintes produtos: feijão vermelho, feijão carioca e feijão preto, além de importar arroz arbóreo e oriental, visando aumentar o portfólio de produtos.

4.3 CLIENTES

A empresa atende no atacado e varejo, além de restaurantes e cozinhas indústrias, sem distinção de porte entre os clientes. Os clientes atendidos pela empresa estão localizados nos estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Ceará, Maranhão e Amazonas, e ainda exportações.

O Estado onde acontecem as maiores vendas é o Paraná, sendo o segundo a ser atendido pela empresa no início de suas atividades.

4.4 FORMA DE TRIBUTAÇÃO

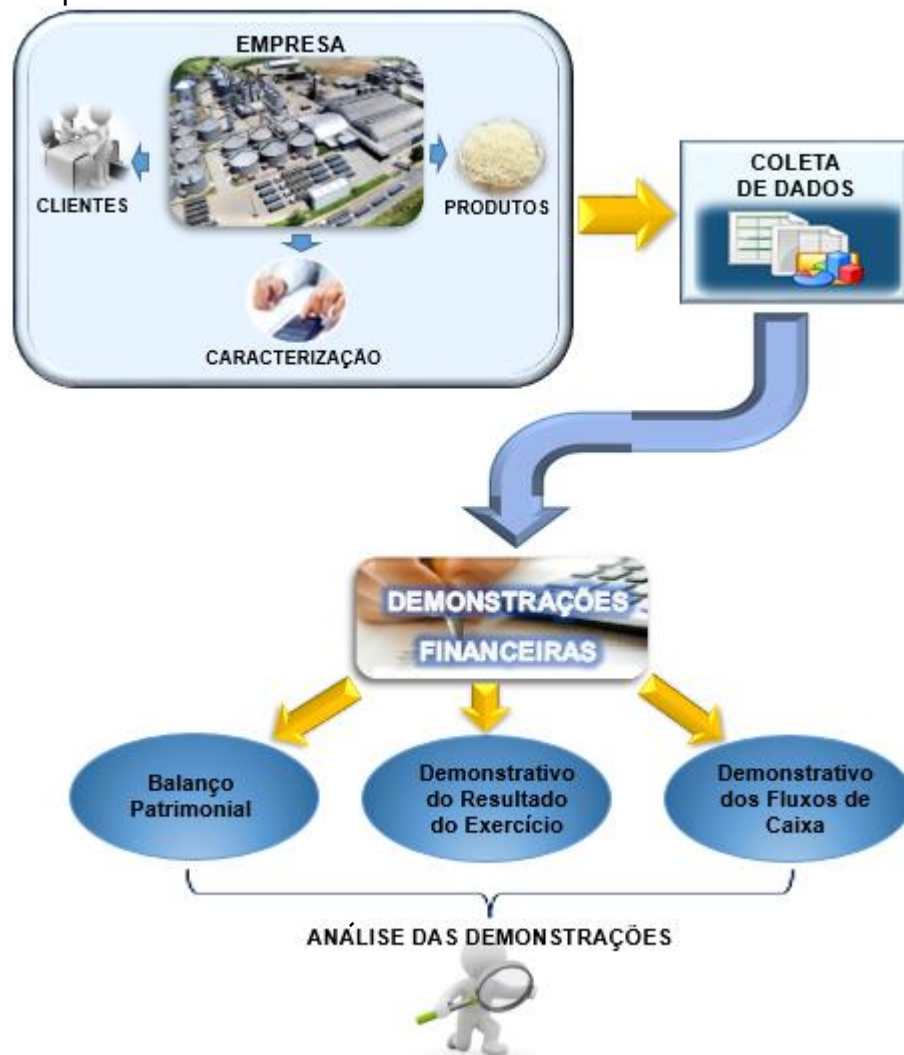
O regime de tributação optado pela empresa X é o Lucro Real, devido ao seu elevado faturamento, cuja apuração é feita mediante adições e exclusões ao lucro líquido do período da apuração do imposto e compensações de prejuízos fiscais autorizadas pela legislação do imposto de renda, de acordo com a Instrução Normativa SRF Nº 28 DE 1978. A apuração do imposto pode ser anual ou trimestral.

A contabilidade é realizada internamente, sendo que mensalmente uma empresa de consultoria especializada presta serviço na apuração dos impostos.

4.5 ETAPAS DO ESTUDO

O estudo de caso objetiva analisar os demonstrativos financeiros da Empresa X no período compreendido entre 2013 a 2015, elaborando a partir desses indicadores econômico-financeiros para a análise da real situação econômica da empresa. A Figura 4 demonstra de forma esquematizada as etapas do estudo.

Figura 4 – Etapas do estudo



Fonte: Elaborado pelo autor (2016)

A primeira etapa consiste em caracterizar a empresa, apresentando seu negócio, regime de tributação e os produtos que a empresa tem a oferecer a seus clientes.

Na segunda etapa foi coletada as demonstrações financeiras junto a empresa, sendo assim foi obtido para o presente estudo o Balanço Patrimonial, Demonstrativo do Resultado do Exercício e Demonstrativo dos Fluxos de Caixa.

Na terceira etapa será feita uma análise dos indicadores econômico-financeiros do período de 2013 a 2015, e na última etapa o objetivo consiste em verificar a situação econômico-financeira da empresa, e se necessário propor sugestões de melhorias.

4.6 ANÁLISE PATRIMONIAL

Nesta seção serão apresentados o Balanço Patrimonial e o Demonstrativo do Resultado do Exercício da empresa X, com os cálculos da análise horizontal e vertical.

A seguir apresenta-se na Tabela 1 o Demonstrativo do Resultado do Exercício.

Tabela 1 – Demonstrativo do Resultado do Exercício

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO								
	2015	A.H.	A.V.	2014	A.H.	A.V.	2013	A.V.
VENDAS DE PRODUTOS	132.714.907,22	0,06%	112,61%	132.636.211,20	3,35%	114,61%	128.333.797,91	112,09%
- Devoluções de Vendas	(2.397.882,41)	-4,02%	-2,03%	(2.498.438,05)	13,23%	-2,16%	(2.206.611,77)	-1,93%
- Impostos Incidentes s/Vendas	(12.464.100,61)	-13,52%	-10,58%	(14.413.480,74)	23,85%	-12,46%	(11.638.181,61)	-10,17%
(=) VENDAS LIQUIDAS	117.852.924,20	1,84%	100,00%	115.724.292,41	1,08%	100,00%	114.489.004,53	100,00%
(-) CMV	(82.523.258,97)	-0,38%	-70,02%	(82.836.296,47)	1,47%	-71,58%	(81.632.329,23)	-71,30%
(=) LUCRO BRUTO	35.329.665,23	7,42%	29,98%	32.887.995,94	0,10%	28,42%	32.856.675,30	28,70%
(-) Despesas Operacionais	(26.310.028,79)	3,02%	-22,32%	(25.539.759,10)	7,22%	-22,07%	(23.819.873,43)	-20,81%
- Administrativas	(3.778.435,79)	3,40%	-3,21%	(3.654.303,24)	30,47%	-3,16%	(2.800.801,24)	-2,45%
- Transportes	(7.259.175,19)	1,16%	-6,16%	(7.175.802,04)	-3,98%	-6,20%	(7.473.288,79)	-6,53%
- Vendas	(15.001.510,57)	3,04%	-12,73%	(14.558.915,08)	9,28%	-12,58%	(13.322.533,52)	-11,64%
- Tributárias	(270.907,24)	79,72%	-0,23%	(150.738,74)	-32,48%	-0,13%	(223.249,88)	-0,19%
- Resultado Financeiro	(2.325.347,64)	57,08%	-1,97%	(1.480.315,59)	-26,70%	-1,28%	(2.019.638,74)	-1,76%
(-) Outras Receitas	87.675,82	-23,63%	0,07%	114.804,86	30,69%	0,10%	87.846,02	0,08%
- Resultado não Operacional	(138.449,44)	-194,18%	-0,12%	147.009,22	-47,19%	0,13%	278.363,47	0,24%
(=) Lucro Antes do IRPJ/CSLL	6.643.515,18	8,38%	5,64%	6.129.735,33	-16,98%	5,30%	7.383.372,62	6,45%
- Imp. Renda P. Jurídica	(1.700.286,78)	9,94%	-1,44%	(1.546.571,74)	11,94%	-1,34%	(1.381.614,46)	-1,21%
- Contrib. Soc. Lucro Líquido	(620.743,24)	9,79%	-0,53%	(565.405,83)	11,74%	-0,49%	(506.021,21)	-0,44%

Fonte: Adaptado de Empresa X (2016)

Em seguida apresenta-se na Tabela 2 o Balanço Patrimonial.

Tabela 2 – Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL								
ATIVO								
	2015	A.H.	A.V.	2014	A.H.	A.V.	2013	A.V.
<u>CIRCULANTE</u>	66.355.940,27	5,29%	58,99%	63.024.504,83	13,73%	56,70%	55.414.522,35	58,98%
Caixa e Equivalentes	8.430.608,20	-12,15%	7,49%	9.596.626,18	-12,43%	8,63%	10.959.307,92	11,66%
Contas a Receber	16.531.908,71	25,70%	14,70%	13.151.846,68	2,52%	11,83%	12.828.942,03	13,65%
Adiantamentos	17.472.197,88	-38,47%	15,53%	28.394.194,94	116,94%	25,55%	13.088.694,87	13,93%
Estoques	15.835.809,23	471,08%	14,08%	2.772.965,41	-67,00%	2,49%	8.402.026,82	8,94%
Impostos e Contribuições	8.085.416,25	-11,24%	7,19%	9.108.871,62	-10,13%	8,20%	10.135.550,71	10,79%
<u>NÃO CIRCULANTE</u>	46.139.190,68	-4,12%	41,01%	48.122.962,22	-9,59%	43,30%	38.538.657,11	41,02%
Tributos a Recuperar	376.645,16	-44,71%	0,33%	681.240,90	25,45%	0,61%	543.048,59	0,58%
Outras Contas a Receber	7.187,97	-98,08%	0,01%	373.994,31	-62,28%	0,34%	991.519,41	1,06%
Investimentos	68.569,11	8,21%	0,06%	63.369,11	0,00%	0,06%	63.369,11	0,07%
Imobilizado	45.686.788,44	-2,80%	40,61%	47.004.357,90	27,24%	42,29%	36.940.720,00	39,32%
<u>TOTAL DO ATIVO</u>	112.495.130,95	1,21%	100,00%	111.147.467,05	18,30%	100,00%	93.953.179,46	100,00%
PASSIVO								
	2015	A.H.	A.V.	2014	A.H.	A.V.	2013	A.V.
<u>CIRCULANTE</u>	35.943.947,36	-17,85%	31,95%	43.753.763,01	45,44%	39,37%	30.083.090,19	32,02%
Fornecedores	11.143.450,68	-22,33%	9,91%	14.347.598,68	91,02%	12,91%	7.511.092,94	7,99%
Instituições Financeiras	19.269.175,51	-16,52%	17,13%	23.083.371,11	51,11%	20,77%	15.275.614,98	16,26%
Obrigações Soc. e Trabalhistas	604.636,58	-20,58%	0,54%	761.302,95	24,99%	0,68%	609.068,50	0,65%
Obrigações Fiscais e Tributárias	746.913,14	10,42%	0,66%	676.427,58	-53,30%	0,61%	1.448.409,49	1,54%
Obrigações Provisões	4.179.771,45	-14,44%	3,72%	4.885.062,69	-6,75%	4,40%	5.238.904,28	5,58%
<u>NÃO CIRCULANTE</u>	12.860.104,03	60,25%	11,43%	8.025.109,64	-5,80%	7,22%	8.519.252,63	9,07%
Instituições Financeiras	4.408.819,24	8,78%	3,92%	4.052.931,42	-30,16%	3,65%	5.802.967,84	6,18%
Provisões	5.735.000,00	356,65%	5,10%	1.255.893,43	100,00%	1,13%	-	0,00%
Obrigações Fiscais	2.716.284,79	0,00%	2,41%	2.716.284,79	0,00%	2,44%	2.716.284,79	2,89%
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	63.691.079,56	7,28%	56,62%	59.368.594,40	7,26%	53,41%	55.350.836,64	58,91%
Capital Social	6.000.000,00	0,00%	5,33%	6.000.000,00	0,00%	5,40%	6.000.000,00	6,39%
Reservas de Lucro	53.368.594,40	8,14%	47,44%	49.350.836,64	12,53%	44,40%	43.855.099,69	46,68%
Resultado do Período	4.322.485,16	7,58%	3,84%	4.017.757,76	-26,89%	3,61%	5.495.736,95	5,85%
<u>TOTAL DO PASSIVO</u>	112.495.130,95	1,21%	100,00%	111.147.467,05	18,30%	100,00%	93.953.179,46	100,00%

Fonte: Adaptado de Empresa X (2016)

4.6.1 Análise Horizontal - DRE

A Tabela 1, evidencia a análise horizontal e vertical do Demonstrativo do Resultado do Exercício e a partir de então será estudado e interpretado suas variações mais relevantes. O ano de 2013 é o período base para o ano de 2014, assim como o período de 2014 é a base de 2015.

As vendas de produtos, no ano de 2014 em relação a 2013 teve um acréscimo de 3,35%, tendo em vista a reformulação do planejamento estratégico e a convenção com os representantes da empresa. Mas a receita líquida deste mesmo ano cresceu apenas 1,08% visto o aumento das Devoluções de Vendas e dos Impostos Incidentes sobre as vendas, no percentual de 13,23% e 23,85% respectivamente. Já em 2015 cresceu apenas 0,06% visto a interferência pública (CONAB), com incremento de 479,21 mil toneladas do cereal no mercado visando estabilizar o preço que estava numa crescente significativa. Mesmo a venda de

produtos ter apresentado pouco crescimento, a receita líquida aumentou 1,84%, decorrente da diminuição das contas que tiveram alta em 2014.

O custo da mercadoria vendida cresceu proporcionalmente a receita no ano de 2014 frente a 2013. Já no ano de 2015, ocorreu a diminuição de 0,38% visto a abertura da indústria de beneficiamento de arroz polido no estado do Rio Grande do Sul. Tal indústria possibilitou a estocagem de maior quantidade de matéria-prima no período de safra e por consequência uma menor compra de arroz em silos particulares no período entre safra, visto o preço elevado do produto.

O resultado do lucro bruto tem relação direta com as devoluções e os impostos incidentes sobre as vendas. Em 2014 praticamente se manteve, mesmo que as vendas tenham aumentado, influenciadas pelas deduções e impostos sobre as vendas. Já em 2015, apesar de insignificante aumento das vendas, o lucro bruto aumentou em 7,42%, haja vista o decréscimo nos impostos incidentes sobre as vendas e deduções, uma vez que a empresa possui benefício fiscal do programa PRODEPE no estado do Pernambuco.

A conta despesas operacionais em 2014 não apresentou grandes variações, todavia se abrirmos as contas analiticamente várias tiveram variações significativas. As despesas administrativas cresceram 30,47% no ano de 2014, em decorrência do treinamento da liderança da empresa com a Fundação Dom Cabral, assessoria jurídica e consultoria tributária, além de demissões de líderes com salários expressivos.

As despesas tributárias diminuíram 32,48% no ano de 2014, motivo se dá pela aquisição de um imóvel por meio de leilão e seu respectivo pagamento de ITBI no ano de 2013. Em 2015 a mesma conta aumentou 79,72%, visto que houve a compra de outro terreno no estado do Rio Grande do Sul e por consequência o pagamento da taxa do ITBI do mesmo.

O Resultado Financeiro engloba tanto os juros pagos quanto os recebidos, tarifas bancárias e renda de aplicações financeiras, e traz somente o saldo final da conta. No ano de 2014 houve uma redução de 26,70% decorrente de renegociações de dívidas junto a instituições financeiras. No ano de 2015 houve um aumento de 57,08% em decorrência do pagamento de parte das instituições financeiras.

Na conta Outras Receitas está composta por receitas de venda de farelo e casca (subproduto do arroz), receitas de aluguéis e dividendos recebidos de

cooperativas de créditos. No ano de 2014 houve um aumento de 30,69% devido ao aumento nas vendas e por consequência maior produção de farelo e casca. Já no ano de 2015 diminuiu 23,63% fruto da abertura da indústria no Rio Grande do Sul, onde teve-se que estocar a casca para posterior queima na secagem do arroz.

A conta Resultado não Operacional no ano de 2014 diminuiu 47,19% pois foi vendido alguns caminhões da frota e em 2013 obteve-se ganho de capital, já no ano de 2015 a conta reduziu 194,18% devido à perda de capital pela venda de máquinas agrícolas.

O lucro antes do IRPJ/CSLL em 2014 diminuiu 16,98% devido ao aumento expressivo na conta impostos incidentes sobre as vendas e as devoluções de vendas. As despesas operacionais não influenciaram significativamente pois apresentou em seu saldo valor inexpressivo. Já no ano de 2015, apesar das despesas terem aumentado, a redução das contas impostos sobre as vendas e devoluções foram mais relevantes no resultado assegurando um acréscimo no percentual de 8,38%.

O Resultado do Exercício no ano de 2014 reduziu 26,89% em relação a 2013, tendo em vista a redução do lucro antes do IRPJ/CSLL e também do aumento na base de cálculo do IRPJ e CSLL, devido a despesas não dedutíveis. Já no ano de 2015 aumentou 7,58% consequência do aumento do Lucro antes do IRPJ/CSLL.

4.6.2 Análise Vertical - DRE

A seguir, temos a análise vertical da Demonstração do Resultado do Exercício da empresa. Os dados nele encontrados referem-se aos períodos de 2013 a 2015, conforme os dados coletados da empresa em estudo, apresentados na tabela 1.

As variações ocorridas na análise vertical, nos três anos analisados, apresentaram-se praticamente irrelevantes. As contas com maiores diferenças serão comentadas a seguir, com base na tabela 1.

O lucro bruto no ano de 2013 e 2014 não apresentou grande elevações, mas no ano de 2015 cresceu 1,56% (passou de 28,42% de 2014 para 29,98% em 2015), em decorrência da diminuição do custo da mercadoria vendida.

As despesas operacionais em relação a análise horizontal aumentou no ano de 2014, mas na análise vertical frente a receita líquida não obteve grandes

variações, exceto a despesa administrativa que cresceu 0,71% decorrente do treinamento dos líderes e consultoria. Em 2015 os percentuais apresentaram pouca variação.

O resultado do exercício em 2014 reduziu 1,33% (passou de 4,80% para 3,47%) pelo motivo do aumento dos impostos incidentes sobre as vendas e das despesas operacionais. Em 2015 os percentuais mantiveram-se inalterados.

4.6.3 Análise Horizontal - Balanço Patrimonial

A Tabela 2, evidencia a análise horizontal e vertical do balanço patrimonial e a partir de então será estudado e interpretado suas variações mais relevantes. O ano de 2013 é o período base para o ano de 2014, assim como o período de 2014 é a base de 2015.

A conta Caixa e Equivalentes no ano de 2014 diminuiu 12,43% em relação a 2013, em decorrência do aumento da conta Adiantamentos, que cresceram 116,94%. Já no ano de 2015 a conta Caixa obteve uma queda de 12,15% em relação a 2014, devido a inadimplência de clientes.

A conta Contas a Receber no ano de 2014 não houve grande variação em relação a 2013, mas no ano de 2015 aumentou 25,70%, tendo em vista o atraso de duplicatas, decorrente da crise econômica que pairava sobre o país. Por esse motivo, neste mesmo ano foi implantando o setor de cobrança na empresa, que anteriormente era feita pelos representantes.

A conta Adiantamentos no ano de 2014 aumentou 116,94% tendo em vista as instabilidades climáticas no maior estado produtor do cereal do país, onde ocorreu chuva abundante e atrasou o plantio e por consequência quebra significativa de safra. Já no ano de 2015 onde preço e clima colaboraram o recebimento por parte dos fornecedores garantiu que o percentual dos Adiantamentos baixasse para 38,47%.

A conta Estoque no ano de 2014 apresentou uma queda de 67,00%, este percentual reflete diretamente ao incremento nas vendas e sobretudo a pouca captação do cereal no período de safra em consequência do clima instável e da concorrência mercadológica. Todavia em 2015 apresentou alta variação, com percentual de 471,08%, visto o clima favorável, qualidade do grão e boa produção, e a abertura da indústria de arroz branco no estado do Rio Grande do Sul, onde captou-

se mais matéria-prima, visto que a mesma precisa passar por um período de descanso para melhor qualidade do produto final. Além disso, no ano de 2015 a empresa iniciou o trabalho com importações do Uruguai e Paraguai.

A conta Tributos a Recuperar é composta principalmente pelo ICMS a recuperar no ano de 2014 apresentou uma alta de 25,45% devido a aquisições de caminhões para a filial de Pernambuco e Eldorado do Sul, além de máquinas e equipamentos para a nova indústria. No ano de 2015 caiu 44,71% haja vista a transição do não circulante para o circulante.

Na conta Outras Contas a Receber a empresa possuía um crédito à receber de outra empresa do grupo, decorrente de um empréstimo concedido a longo prazo e o mesmo foi amortizado parte em 2014 (62,28%) e o outra parte em 2015, reduzindo ao percentual de 98,08%.

A conta Investimentos manteve-se inalterada no ano de 2014 em relação a 2013. Em 2015 apresentou alta de 8,21% devido a participação societária da empresa em outra entidade de diferente ramo.

O imobilizado da empresa em 2014 cresceu 27,24%, visto o aumento de máquinas e equipamentos adquiridos para a nova indústria e caminhões. Em 2015 caiu 2,80% mesmo com a aquisição do terreno, devido a venda de máquinas agrícolas.

O total do ativo no ano de 2014 aumentou 18,30% em relação a 2013, visto ao aumento significativo na conta adiantamentos, mesmo com a redução na conta Estoques e Outras Contas a Receber, ainda que os percentuais tenham caído os valores dessas contas são baixos frente a conta adiantamentos. Já no ano de 2015 aumentou 1,21%, composto por variações consideráveis nas contas analíticas tanto do circulante quanto do não circulante.

A conta Fornecedores teve um aumento significativo no ano de 2014, 91,02%, motivo se dá pela quantidade expressiva de compra de matéria-prima externa e os gastos com o início e acabamento (aterro, piso, pedra, etc.) da construção da nova indústria, haja vista que a empresa forneceu a conta de forma sintetizada. Em 2015 diminuiu 22,33% em virtude de pagamento de parte das dívidas.

A conta Instituições Financeiras no ano de 2014 em relação a 2013 aumentou 51,11% devido a aquisição de caminhões e a compra de máquinas e

equipamentos para a nova indústria. Já em 2015 diminuiu 16,52% devido a amortização de parte da dívida e renegociação para longo prazo.

As Obrigações Sociais e Trabalhistas no ano de 2014 frente a 2013, aumentou 24,99% em decorrência a contratação de mão-de-obra para a construção da indústria, além das terceirizadas. Em 2015, diminuiu 20,58% frente à crise econômica e com a conclusão da obra no Rio Grande do Sul, as demissões dos contratos temporários.

A conta Obrigações Fiscais e Tributárias no ano de 2014 reduziu 53,30% em decorrência do pagamento de uma notificação e em 2015 apresentou alta de 10,42% devido aos impostos IRPJ e CSLL.

As Obrigações Provisionadas diminuíram nos anos de 2014 e 2015. Ela é composta por débitos como décimo terceiro e férias, além de contingência processuais.

A conta Instituições Financeiras no longo prazo caiu 30,16% em 2014 visto o pagamento de Finares de caminhões, silos e galpões para estocagem de produto acabado. No ano de 2015 aumentou 8,78% decorrente de renegociações firmada com bancos que saíram do curto prazo.

As Obrigações Provisionadas a longo prazo iniciou com saldo em 2014 e em 2015 subiu 356,65%, esse alta se dá por processos judiciais que estão tramitando.

As Obrigações Fiscais permaneceu inalterada nos três anos analisados. O saldo que compõe esta conta refere-se a um processo fiscal enfrentado pela empresa no estado do Rio Grande do Sul e que ainda não transitou em julgado.

A conta Reservas de Lucro aumentou nos anos analisados, devido a soma do Lucro do Exercício com o saldo da conta Reservas de Lucro.

4.6.4 Análise Vertical - Balanço Patrimonial

A seguir, apresenta-se a análise vertical do Balanço Patrimonial da empresa. Os dados nele encontrados referem-se aos períodos de 2013 a 2015, conforme apresentados na Tabela 2.

O Ativo Circulante teve pouca oscilação nos três períodos. Nos anos de 2013 e 2015 praticamente ficaram iguais, já no ano de 2014 teve uma pequena diminuição haja vista a queda na conta de estoque. Já o Ativo Não Circulante a conta

Imobilizado foi a que expôs maior variação, no ano de 2014 teve uma pequena elevação devido aquisição de caminhões e abertura de uma nova indústria. E em 2015 apresentou uma queda, motivo pela venda de máquinas agrícolas.

A conta Passivo Circulante no ano de 2014 apontou uma alta, em razão das contas Fornecedores e Instituições Financeiras. E no ano de 2015 reduziu em virtude do pagamento de parte dos Fornecedores e Instituições Financeiras. No Passivo Não Circulante apresentou uma elevação significativa em 2015 devido ao aumento da conta Provisões.

Em suma o Patrimônio Líquido sofreu apenas variações com a entrada do Resultado do Exercício advindo da DRE. Os percentuais não se mantiveram constantes no aumento, visto a mudança no total do passivo, valor base para o cálculo.

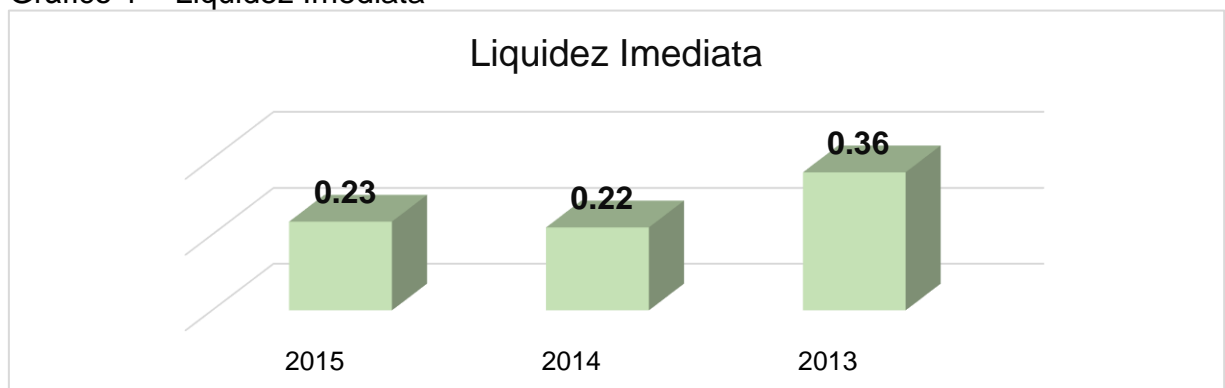
4.7 ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRO

A seguir serão apresentados os indicadores financeiros, aplicados na empresa em estudo, no intuito de verificar a situação econômico-financeira.

4.7.1 Liquidez Imediata

O índice de liquidez imediata representa o valor que a empresa dispõe imediatamente para saldar suas dívidas de curto prazo. O Gráfico 1, traz o indicador liquidez imediata expondo a capacidade de pagamento da empresa.

Gráfico 1 – Liquidez Imediata



Fonte: Elaborado pelo autor (2016)

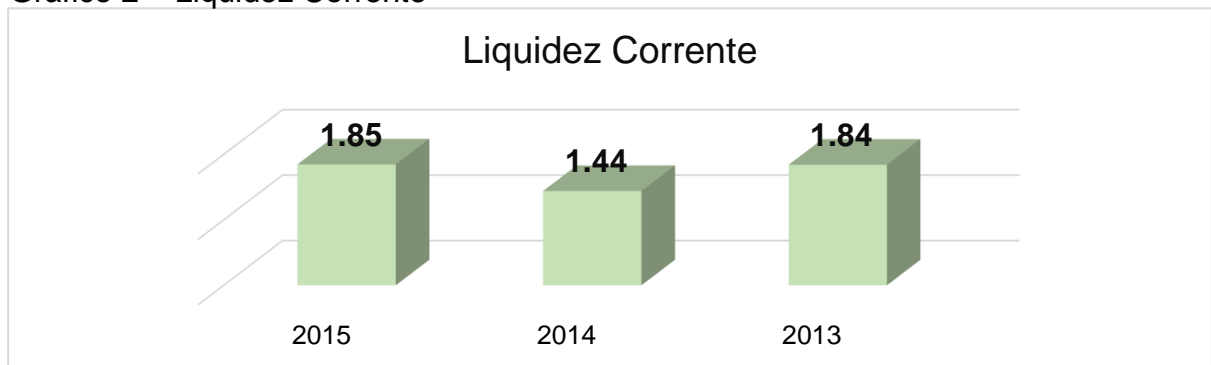
No ano de 2013 a empresa apresentava uma capacidade maior de liquidar suas dívidas no curto prazo, com resultado de 0,36, devido a maior disponibilidade de caixa, e no ano de 2014 este índice passou para 0,22 e em 2015 se manteve com 0,23. Isso quer dizer que se a empresa tivesse que pagar todas as suas dívidas hoje, ela não teria disponibilidades suficientes para saldá-las totalmente.

Esse índice nos três anos analisados apresentou-se abaixo de 1,00, resultados que não são positivos para a empresa. Uma solução seria um maior prazo junto a fornecedores e as dívidas junto a instituições financeiras serem captadas no longo prazo.

4.7.2 Liquidez Corrente

Para analisar a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo da empresa buscou-se através do Gráfico 2 comparar o comportamento da evolução do índice de liquidez corrente.

Gráfico 2 – Liquidez Corrente



Fonte: Elaborado pelo autor (2016)

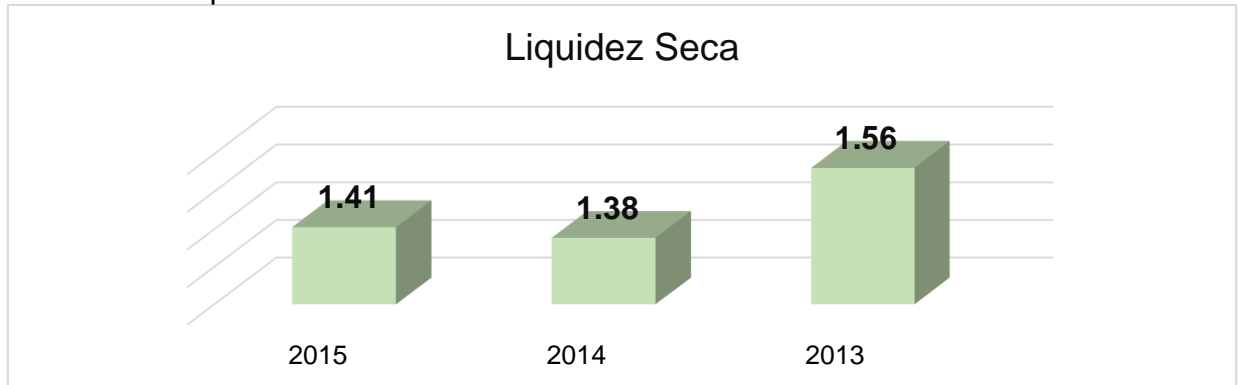
Analisando os três períodos da liquidez corrente, observa-se que o ativo circulante é maior que o passivo circulante, logo entende-se que a empresa possui condições de saldar seus compromissos em curto prazo.

Cabe salientar que a liquidez corrente, engloba todo o ativo circulante, e dentro do ativo circulante encontra-se a conta de estoque, ou seja, ela ainda não passou pelo processo produtivo e não se pode mensurar o período de vendas, muito menos o recebimento desta mercadoria. Sendo assim, este índice deve ser analisado juntamente com os demais indicadores.

4.7.3 Liquidez Seca

A liquidez seca considera o ativo circulante menos o passivo circulante, porém exclui-se o estoque. O Gráfico 3 elucida o índice de liquidez seca da empresa estudada nos anos de 2013, 2014 e 2015.

Gráfico 3 – Liquidez Seca



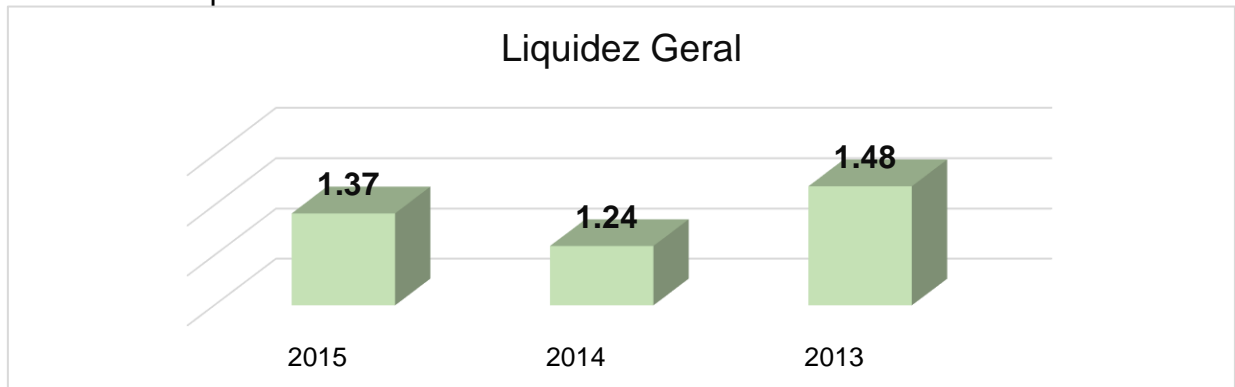
Fonte: Elaborado pelo autor (2016)

Analisando os resultados acima, pode-se considerá-los bons. Em 2013 apresentava 1,56 baixando um pouco em 2014, e em 2015 alcançando 1,41. Analisando o Ativo Circulante, percebe-se que a conta Contas a Receber e Adiantamentos são as de maior relevância. Desta forma, nota-se a necessidade de uma política de recebimento de clientes atuando em conjunto com o setor de cobrança.

4.7.4 Liquidez Geral

Este índice demonstra a capacidade da empresa em saldar suas dívidas tanto no longo quanto no curto prazo. O Gráfico 4 apresenta os índices nos três períodos analisados.

Gráfico 4 – Liquidez Geral



Fonte: Elaborado pelo autor (2016)

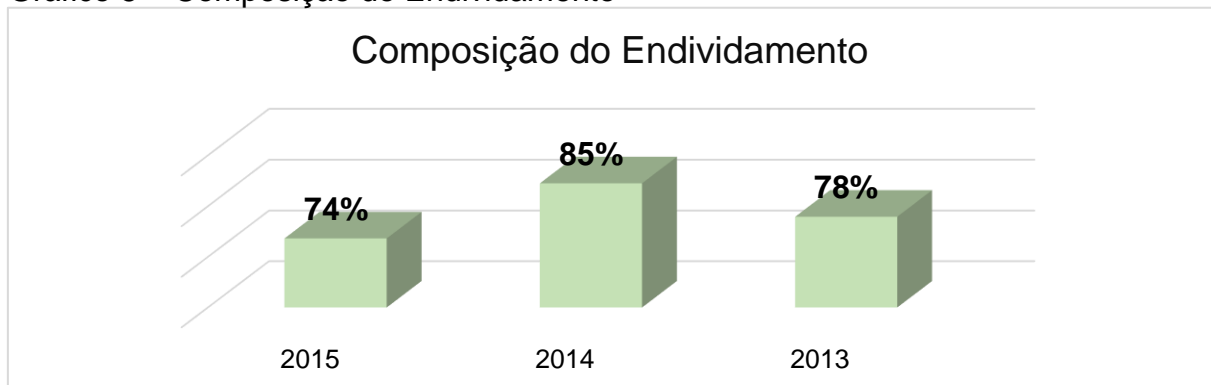
Conforme os resultados acima exibidos, nota-se que em 2014 o índice apresentou uma queda em relação a 2013 devido ao aumento expressivo nas contas de Fornecedores, Instituições Financeiras CP e Obrigações Sociais e Trabalhistas. Mesmo com esse declínio o índice continua bom (acima de 1,00).

No ano de 2015 subiu para 1,37 visto a queda nas contas que tiveram aumento em 2014. Caso a empresa tivesse a intenção de saldar seus passivos estaria com folga de 0,37 centavos para cada 1,00.

4.7.5 Composição do Endividamento

O Gráfico 5 identifica a relação entre o passivo de curto prazo e o passivo total da empresa.

Gráfico 5 – Composição do Endividamento



Fonte: Elaborado pelo autor (2016)

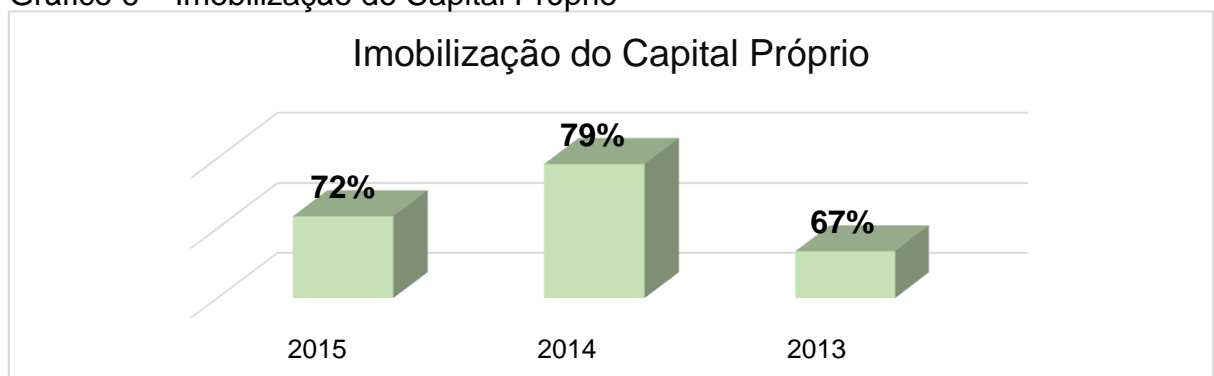
No ano de 2014 o índice aumentou 7 pontos percentuais em relação a 2013, fechando com 85%, o que demonstra uma elevação no endividamento em curto prazo. No ano de 2015 diminuiu 9% em decorrência do pagamento de diversas dívidas no curto prazo.

É importante ressaltar que, quanto mais dívidas para pagar a curto prazo, maior será a pressão para empresa gerar recursos (em um período menor) para honrar seus compromissos.

4.7.6 Imobilização do Capital Próprio

O Índice de Imobilização do Capital Próprio revela quanto do Patrimônio Líquido da empresa está aplicado no Ativo Permanente. O Gráfico 6 explana este índice.

Gráfico 6 – Imobilização do Capital Próprio



Fonte: Elaborado pelo autor (2016)

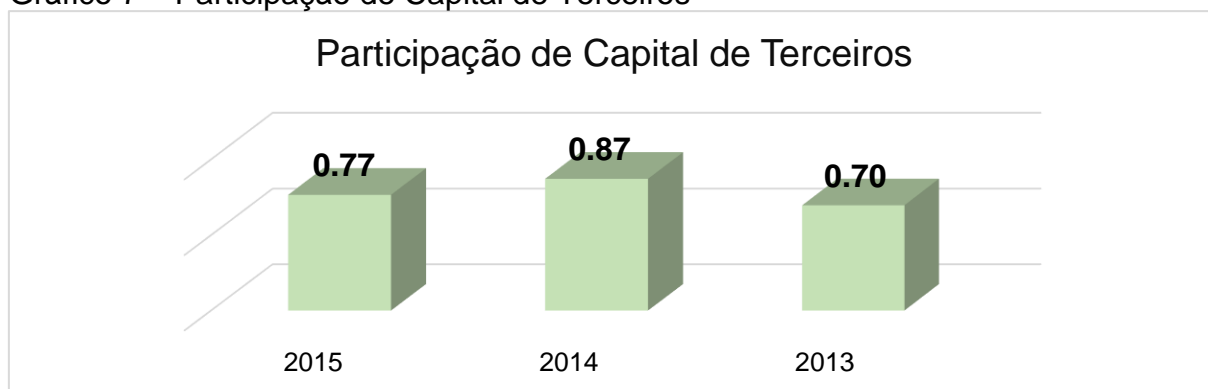
O resultado obtido neste índice condiz com a realidade enfrentada pela empresa nos três períodos analisados e já explicados na análise horizontal. No ano de 2014 aumentou 12% em relação a 2013, frente as aquisições de caminhões, máquinas e equipamentos para a nova indústria, e em 2015 caiu 7 pontos percentuais, haja vista a venda de máquinas agrícolas.

Sendo assim, cabe ressaltar que quanto maior for o valor do Patrimônio Líquido aplicado em Ativos Permanentes, maior será a dependência da empresa de capital de terceiros para custear suas necessidades de curto prazo, tendo em conta a pequena parcela remanescente para financiar o ativo circulante.

4.7.7 Participação de Capital de Terceiros

Esse índice apresenta a relação entre o Capital de Terceiros e o Patrimônio Líquido, demonstrando a dependência da empresa em relação aos recursos externos e identificando quanto a empresa utilizou de recurso de terceiros para cada R\$ 1,00 investido. O Gráfico 7 demonstra os números obtidos nos anos de 2013, 2014 e 2015.

Gráfico 7 – Participação de Capital de Terceiros



Fonte: Elaborado pelo autor (2016)

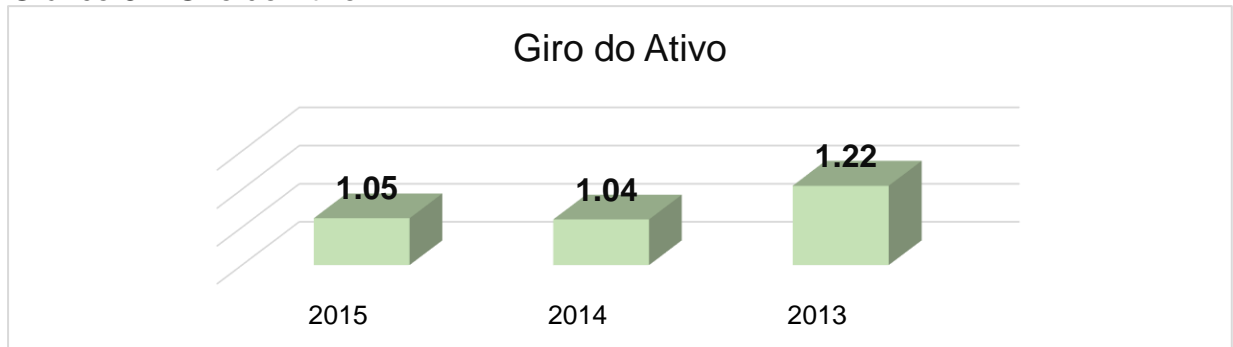
A partir dos valores acima descritos, pode-se perceber que em 2014 o índice apresentou alta, passando para 0,87, frente ao aumento na conta de fornecedores e instituições financeiras, razão das aquisições para a indústria. Em 2015 baixou para 0,77 motivado pelo pagamento das contas acima mencionadas.

Nos três períodos o índice apresentou-se abaixo de 1,00, indicando satisfatório os resultados, isso porque para cada 1,00 real que compõe o Patrimônio Líquido, a empresa possui 0,77 de utilização de recursos externos para financiamento do Ativo.

4.7.8 Giro do Ativo

Este índice evidencia quantas vezes o Ativo girou em relação às vendas efetuadas no período, porém deve-se analisar o ramo de atividade do empreendimento, todavia algumas apresentam um giro mais lento e outras por sua vez, um giro mais instantâneo. A Gráfico 8 abaixo, evidencia o giro do ativo na empresa estudada.

Gráfico 8 – Giro do Ativo



Fonte: Elaborado pelo autor (2016)

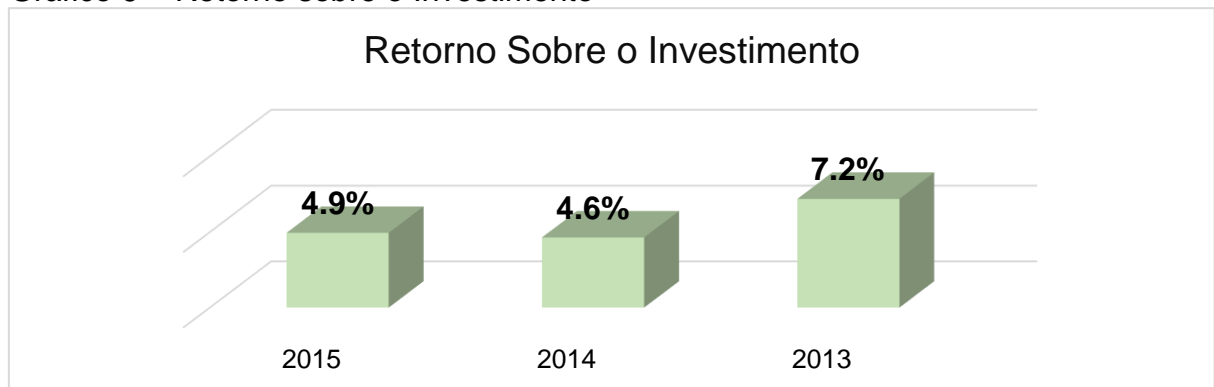
Pode-se perceber que no ano de 2013 o índice apresentou-se maior em relação aos outros anos, 1,22, este resultado possui relação direta com o valor total do ativo que foi o menor. Nos anos de 2014 e 2015 o resultado total do ativo e a receita líquida apresentaram resultados muito parecidos, e por consequência a semelhança entre os resultados.

Portanto, em todos os anos este índice mostrou-se acima de 1,00, indicando resultados positivos, e mostrando quantas vezes o ativo total girou em relação as vendas.

4.7.9 Retorno Sobre o Investimento

O Gráfico 9 traz o resultado para o Retorno sobre o Investimento. Este índice revela em percentual, o retorno do lucro líquido sobre o capital investido.

Gráfico 9 – Retorno sobre o Investimento



Fonte: Elaborado pelo autor (2016)

Em 2013 o índice revelou um percentual de 7,2%, isso significa que do valor investido por acionistas e credores, o lucro obtido está gerando 7,2% de retorno sobre o investimento. Em 2014 e 2015 os percentuais diminuíram frente ao declínio no lucro do exercício.

Portanto, mesmo com queda em dois anos consecutivos, os resultados apresentaram-se bons. Os investidores estão obtendo mais retorno que se o investimento tivesse ocorrido numa poupança.

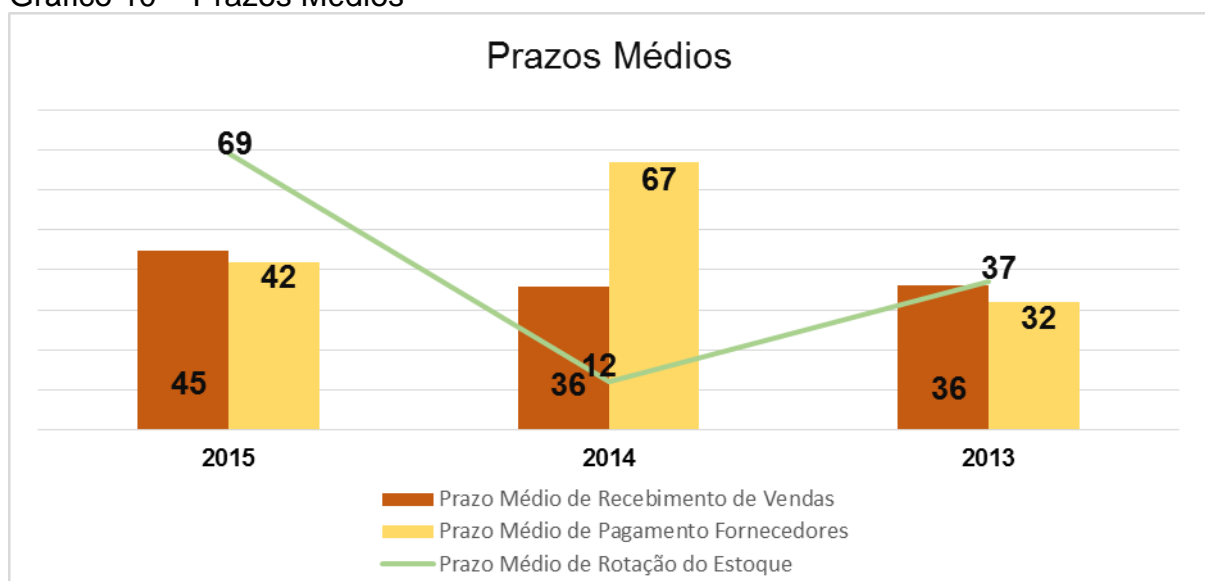
4.8 INDICADORES OPERACIONAIS

Como visto no capítulo 2, os indicadores operacionais possibilitam conhecer os prazos exercidos pela empresa na realização normal de suas atividades de compras, vendas, recebimentos e pagamentos. De posse dos resultados, serão conhecidos os ciclos operacional e financeiro.

4.8.1 Prazos Médios

A seguir, o Gráfico 10 evidencia as atividades que dirigem a empresa, expresso em dias.

Gráfico 10 – Prazos Médios



Fonte: Elaborado pelo autor (2016)

O PMRE em 2013 ficou em 37 dias, já em 2014 baixou para 12 dias, visto a baixa captação da matéria-prima no período de safra, todavia em 2015 o índice subiu para 69 dias, decorrente da alta estocagem de arroz.

No ano de 2013 o PMPF foi de 32 dias, e, no entanto, o PMRV foi de 36 dias. Esses dados não são positivos para a empresa, pois terá que honrar seus compromissos antes de receber todos os valores relativos as vendas. No ano de 2014 o resultado aumentou drasticamente, onde o PMRV ficou em 36 dias e o PMPF em 67 dias, ou seja, a empresa vendia, recebia e ainda ficava com o dinheiro em “caixa” por 31 dias para pagar os fornecedores. Isso aconteceu porque neste ano o estoque da empresa estava baixo, e se teve que comprar matéria-prima de fornecedores externos no período entre safra, desta forma, obtinha-se um prazo maior para pagamento. Em 2015 o cenário mudou novamente, onde o PMRV ficou em 45 dias e o PMPF em 42 dias.

Os PMRV e PMPF tem relação direta com o recebimento de matéria-prima no período de safra. Deve-se levar em consideração que no ano de 2015 a empresa aumentou o prazo de recebimento, decorrente da crise econômica e com a queda de safra e a concorrência acirrada atrás de produtores de arroz diminuiu-se o prazo de pagamento da matéria-prima para 7 dias. Nesse caso não há harmonia nos recebimentos e pagamentos da empresa.

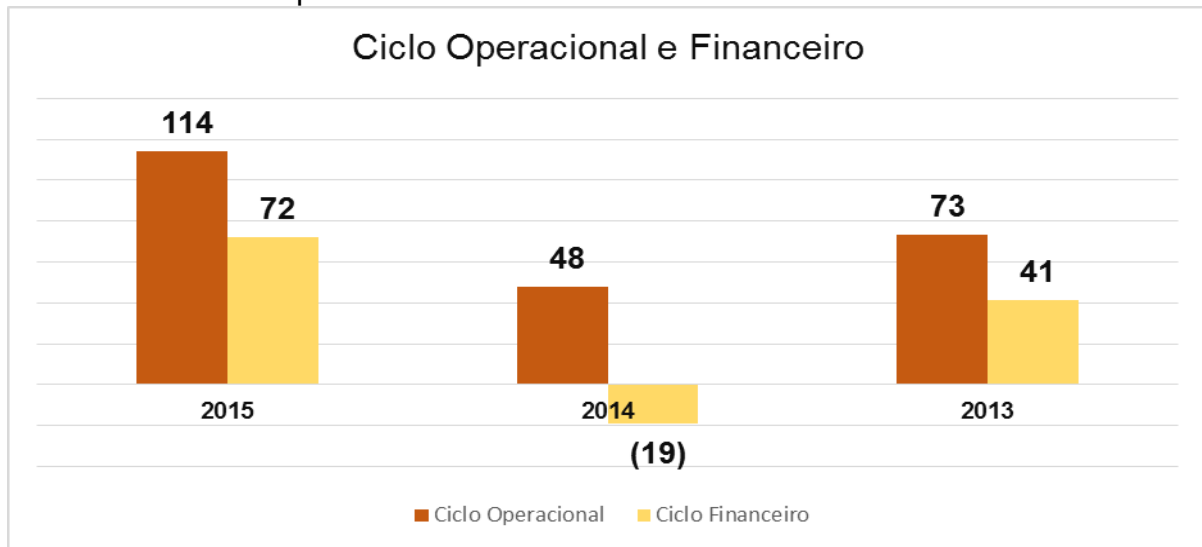
A solução para essa desordem de recebimento e pagamento, seria diminuir o prazo de recebimento de clientes e aumentar o prazo de pagamento dos fornecedores.

4.8.2 Ciclo Operacional e Financeiro

O ciclo operacional é iniciado na compra e finalizado no recebimento das vendas, já o ciclo financeiro demonstra o prazo em dias da necessidade que a empresa tem para manter um Capital de Giro para completar sua operação, ou seja, demonstra o prazo entre o pagamento das compras e o recebimento dos clientes.

O Gráfico 11 apresentado a seguir, demonstra o ciclo financeiro e operacional da empresa.

Gráfico 11 – Ciclo Operacional e Financeiro



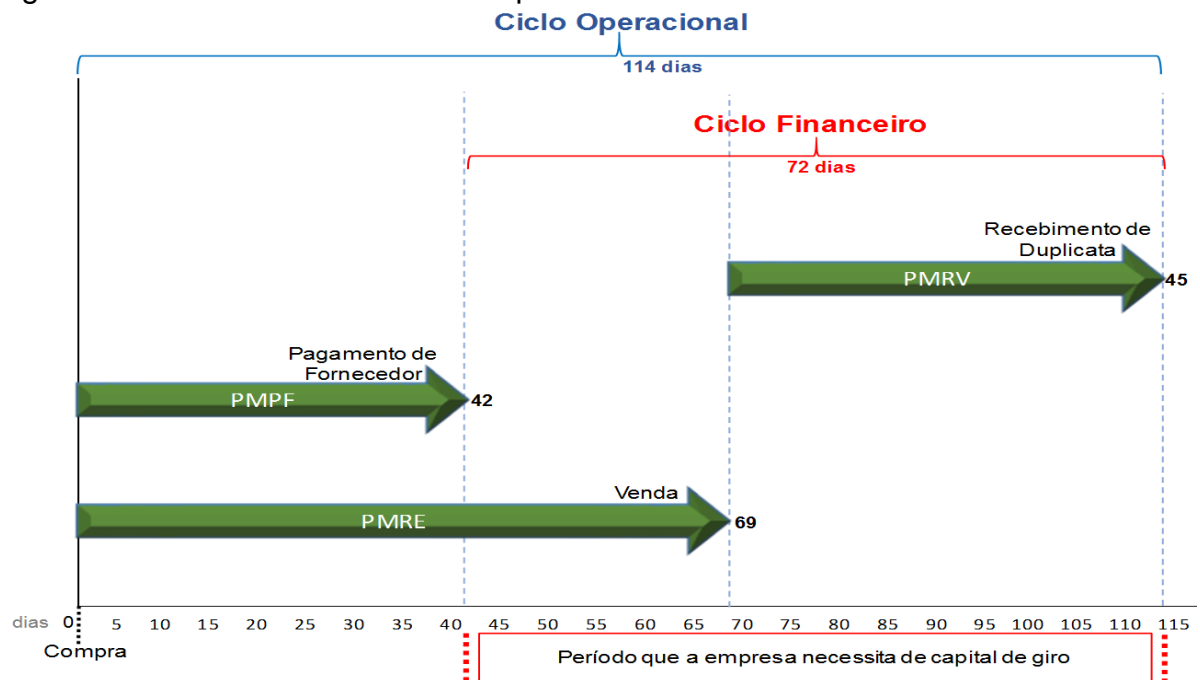
Fonte: Elaborado pelo autor (2016)

Observando as limitações de mercado e o setor econômico em que a empresa estudada está inserida, seu ciclo financeiro em 2013 foi de 41 dias, 2014 foi de -19 dias e em 2015 72 dias. Conclui-se que após o pagamento a fornecedores, a empresa começa a financiar suas atividades com seu próprio capital de giro. Chama atenção no ano de 2014 onde o resultado foi negativo, isso significa que a empresa recebeu suas vendas 19 dias antes de pagar os fornecedores.

O ciclo operacional da empresa em 2013 foi de 73 dias, em 2014 foi de 48 dias e em 2015 114 dias. A dinâmica dos resultados alterou conforme os fatores externos aconteciam. No ano de 2014 o indicador ficou abaixo de 2013, visto a maior compra de arroz na entre safra, e no ano de 2015 subiu decorrente ao aumento no prazo das vendas e a mudança na política de pagamento da matéria-prima. A empresa captou recursos, principalmente a curto prazo, para aplicar em seu ciclo operacional.

A Figura 5 abaixo mostra de forma sintetizada a necessidade de capital de giro no ano de 2015 da empresa estudada.

Figura 5 – Ciclo Financeiro x Ciclo Operacional



Fonte: Elaborado pelo autor (2016)

A figura acima demonstra de forma clara o período em que a empresa necessitará de capital de terceiros e outros financiamentos para custear suas atividades, devido a discrepância entre recebimento e pagamento.

4.8.3 Necessidade de Capital de Giro

A análise do Capital de giro possibilita a identificação dos recursos que a empresa possui para realizar suas atividades operacionais, considerando somente o fluxo de sua operação. O Quadro 7 apresenta a Necessidade de Capital de Giro.

Quadro 7 – Necessidade de Capital de Giro

Necessidade de Capital de Giro			
	2015	2014	2013
Ativo Operacional	57.925.332,07	53.427.878,65	44.455.214,43
(-) Passivo Operacional	16.674.771,85	20.670.391,90	14.807.475,21
= Necessidade de Capital de Giro	41.250.560,22	32.757.486,75	29.647.739,22
Variação da NCG	8.493.073,47	3.109.747,53	-

Fonte: Elaborado pelo autor (2016)

Mediante aos resultados obtidos através do cálculo da NCG, pode-se constatar que a mesma apresentou positiva nos três anos analisados. Isso significa que a empresa possuiu aplicações operacionais muito maiores que os recursos operacionais. Portanto nos três anos a empresa precisou buscar recursos fora do seu ciclo para garantir suas aplicações.

Em 2014 frente a 2013 o resultado agrava devido à alta na conta de adiantamentos. Em 2015 comparado a 2014 o resultado piora bastante visto o aumento no estoque e a inadimplência de clientes.

4.8.4 Demonstrativo dos Fluxos de Caixa

A DFC é uma representação de suma importância para análise financeira, partindo do princípio que o lucro não é sinônimo de liquidez. O Quadro 8 apresenta a Demonstração dos Fluxos de Caixas dos anos de 2014 e 2015.

Quadro 8 – Demonstrativo dos Fluxos de Caixa

DEMONSTRATIVO DE FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO		
	2015	2014
ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.536.581,34	3.393.053,45
Lucro Líquido do Exercício	4.322.485,16	4.017.757,76
(+) Depreciação	556.661,00	749.817,00
Variação de Contas a Receber	(3.380.062,03)	(322.904,65)
Variação de Adiantamentos	10.921.997,06	(15.305.500,07)
Variação de Estoques	(13.062.843,82)	5.629.061,41
Variação de Impostos e Contribuições	1.023.455,37	1.026.679,09
Variação de Fornecedores	(3.204.148,00)	6.836.505,74
Variação de Obrigações Soc. e Trabalhistas	(156.666,37)	152.234,45
Variação de Obrigações Fiscais e Tributárias	70.485,56	(771.981,91)
Variação de Obrigações Provisonadas	(705.291,24)	(353.841,59)
Variação de Ativos Não Circulantes	671.402,08	479.332,79
Variação de Passivos Não Circulantes	4.479.106,57	1.255.893,43
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	755.708,46	(10.813.454,90)
Novos Investimentos	(5.200,00)	-
Aquisição/Venda de Imobilizado	760.908,46	(10.813.454,90)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(3.458.307,78)	6.057.719,71
Empréstimos e Financiamentos	(3.458.307,78)	6.057.719,71
Caixa dos Fluxos	(1.166.017,98)	(1.362.681,74)
Saldo Inicial das Disponibilidades	9.596.626,18	10.959.307,92
Saldo Final das Disponibilidades	8.430.608,20	9.596.626,18

Fonte: Elaborado pelo autor (2016)

No biênio analisado sucederam investimentos no parque fabril, aquisição de terrenos, caminhões, construção de pavilhões, sendo principalmente através de recursos de terceiros, além de aumento da inadimplência.

Em 2015 o resultado da atividade operacional diminuiu devido à algumas rubricas apresentarem variações significativas, como por exemplo: Estoques e Contas a Receber.

A conta de estoque aumentou devido ao maior recebimento de matéria prima e por consequência, maior compra do produto estocado, ou seja, o aumento do estoque reduz o dinheiro em caixa. Em 2015 apresentou uma variação negativa de 13.062.843,82.

O aumento no Contas a Receber foi expressivo (passou de -322.904,65 em para -3.380.062,03 em 2015) isso ocorreu devido a inadimplência aliada com a prorrogação no prazo de recebimento. Portanto o fato de aumentar o Contas a Receber, significa adiar o dinheiro que entra no caixa.

Os Adiantamentos em 2015, contribuíram para a geração de caixa, visto a variação positiva de R\$ 10.921.997,06.

A conta Fornecedores apresentou uma variação negativa em 2015 (R\$ 3.204.148,00), havendo saída de caixa e deixando de investir em outras finalidades.

Nos períodos analisados observa-se que a empresa teve caixa suficiente para custear sua operação, ou seja, as atividades operacionais geraram um caixa positivo nos anos de 2014 e 2015 de R\$ 3.393.053,45 e R\$ 1.536.581,34 respectivamente.

As atividades de investimentos em 2014, variou negativamente em 10.813.454,90, decorrente da nova indústria, mas em 2015 sofreu variação positiva de 755.708,46, decorrente de vendas de máquinas agrícolas e caminhões, mesmo com a aquisição do terreno adquirido em leilão.

As atividades de Financiamentos em 2014 variou positivamente em R\$ 6.057.719,71 devido a captação de recursos para construção da nova indústria. E em 2015 variou negativamente visto o pagamento de parte das dívidas.

O Caixa dos Fluxos apresentou saldo negativo nos dois períodos analisados, decorrente dos investimentos realizados no período de 2014 refletindo diretamente em 2015.

4.8.5 Ebitda

O Quadro 9 demonstra o cálculo do EBITDA dos três anos analisados e na sequência são realizados comentários comparando o resultado obtido nos períodos.

Quadro 9 – EBITDA

EBITDA			
	2015	2014	2013
Receita Bruta de Vendas	132.714.907,22	132.636.211,20	128.333.797,91
(-) Deduções	(14.861.983,02)	(16.911.918,79)	(13.844.793,38)
Receita Líquida de Vendas	117.852.924,20	115.724.292,41	114.489.004,53
(-) CMV	(82.523.258,97)	(82.836.296,47)	(81.632.329,23)
Lucro Bruto	35.329.665,23	32.887.995,94	32.856.675,30
(-) Despesas Operacionais	(26.310.028,79)	(25.539.759,10)	(23.819.873,43)
(+) Depreciação	556.661,00	749.817,00	738.814,00
EBITDA	9.576.297,44	8.098.053,84	9.775.615,87
Margem do Ebitda (%)	8,13%	7,00%	8,54%

Fonte: Elaborado pelo autor (2016)

Este índice demonstra a capacidade de geração de recursos da empresa, considerando somente as atividades operacionais. Para isso foram desconsideradas as despesas com depreciação, despesas financeiras e receitas financeiras.

Portanto chegando a um resultado maior que aquele encontrado na DRE, sendo assim percebe-se que a margem do Ebitda apresentou resultado de 8,54% em 2013, 7,00% em 2014 e 8,13% no ano de 2015 para maior em todos os períodos, desconsiderando os elementos acima mencionados.

Mesmo com a receita líquida apresentando um aumento em 2014, com relação a 2013, a margem do Ebitda caiu, devido à forte pressão das despesas operacionais.

Apesar da receita líquida de vendas ter apresentado aumentos consecutivos, a relação com o Ebitda foi irregular.

4.9 ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DA EMPRESA

No decorrer da presente pesquisa, analisando as demonstrações da empresa, torna-se necessário evidenciar o cenário que a mesma está inserida e os fatores externos e internos que justificam as oscilações ocorridas nos resultados.

A empresa trabalha com commodities, desta forma a safra ocorre somente uma vez no ano. A matéria-prima é captada de produtores que depositam sua produção nos silos da empresa, por não possuir silos próprios. As vendas por parte dos produtores ocorrem de forma mais elevada no período de safra e no período entre safra, momento em que ocorrem o vencimento das dívidas dos produtores junto aos bancos.

Por armazenar a produção dos produtores, a empresa fica no compromisso de adquirir a mercadoria no momento que eles quiserem vender. A grande maioria dos produtores por sua vez, não tem uma programação quanto ao vencimento de suas dívidas. Assim, precisam vender sua mercadoria à vista, caso a empresa peça prazo corre o risco da próxima safra não ter o produtor como fornecedor. A empresa sabe que terá uma compra elevada no período, porém desconhece a quantidade, e com a condição de ter que pagar no prazo máximo de 10 dias, necessita captar recursos com instituições financeiras.

Esses dados comprovam que quanto a matéria-prima, a empresa não consegue ter um planejamento acertado, visto que depende de fatores externos. Cabe salientar que a empresa recebe aproximadamente 2.000.000 de sacas de arroz e possui 1.600 fornecedores de matéria-prima.

Os clientes atendidos pela empresa são de todos os portes. Entretanto a maioria deles concentram-se no pequeno porte. Essa decisão tomada pela empresa se dá pelo motivo de que se um cliente deixar de comprar não irá afetar significativamente o montante das vendas. Em contrapartida os pequenos clientes necessitam de maiores prazos, afetando o ciclo operacional e aumentando a necessidade de capital de giro.

A empresa em estudo visa crescimento nos próximos anos. Para isso está fazendo investimentos no parque fabril, aumento no mix de produtos e fazendo estudos para abertura de novas filiais. Sendo assim, se faz necessário buscar recursos de terceiros, visto que o próprio é insuficiente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A complexidade nos negócios demanda gestores preparados, capacitados e atualizados para acompanhar as frequentes mudanças no contexto econômico, onde as decisões tomadas devem ser rápidas e acertadas, visto que decisões tomadas erroneamente podem ocasionar consequências irreparáveis. Dito isto, nota-se a importância de informações fidedignas para a elaboração das demonstrações financeiras.

Frente a este cenário torna-se indispensável a elaboração dos indicadores, para verificar o desempenho dos negócios trilhados pela empresa e traçar o melhor caminho para a otimização dos resultados.

Ao desenvolver este trabalho verificou-se a importância da análise das demonstrações financeiras nas organizações, haja vista que não basta somente ter um planejamento adequado, se os resultados obtidos não forem analisados de forma correta.

O presente trabalho teve como objetivo analisar a situação econômico-financeira de uma empresa do ramo de arroz, para alcançá-lo foram analisados e interpretados o Balanço Patrimonial, Demonstrativo do Resultado do Exercício e o Demonstrativo dos Fluxos de Caixa, e partir desses, elaborados os indicadores financeiros, análise horizontal e vertical e análise de capital de giro. Para alcançar o objetivo geral, foram traçados os objetivos específicos sendo estes todos atingidos no decorrer do trabalho.

O primeiro objetivo específico, a caracterização da contabilidade gerencial e as suas principais ferramentas foram alcançadas no capítulo 2. Onde foi apresentado através de conceitos que definiram o proposto. Logo o segundo objetivo específico também foi alcançado no capítulo 2, com a definição dos principais indicadores que auxiliam no desempenho da empresa. E por fim o terceiro objetivo específico foi alcançado no capítulo 4, pois foi evidenciado as demonstrações financeiras de uma empresa do setor orizícola, analisado e elaborado os principais indicadores para avaliação da situação econômico-financeira da empresa.

Os resultados obtidos através do estudo de caso, mostrou que a empresa está fazendo investimentos visando crescimento e expansão dos negócios. A empresa está apresentando lucros, o fluxo da operação está gerando caixa positivo,

porém os prazos de pagamento e recebimento não apresentaram sincronia entre si, frente ao ramo que a empresa está inserida.

As sugestões de melhorias deste acadêmico para a empresa estudada, serão descritas abaixo:

- Fazer a análise das demonstrações mensal ou trimestralmente, no intuito de acompanhar os resultados, e os números insatisfatórios, tomar decisões para solucioná-los de forma imediata;

- Implantar um setor jurídico dentro da empresa, visto o crescimento nas contingências processuais;

- Inserir no Balanço Patrimonial e no Demonstrativo do Resultado do Exercício as notas explicativas, para que os índices não intimidem as instituições financeiras no momento de captação e recursos;

- Como a empresa visa crescimento e atende grande parte do país, seria interessante estudar novos pontos de distribuição, visando reduzir custos logísticos.

Por fim, o presente trabalho contribuiu para formação acadêmica, possibilitando expandir os conhecimentos adquiridos durante a graduação. Contribui também para futuros acadêmicos e profissionais que desejam aprofundar seus conhecimentos relacionados ao presente estudo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Curso de Contabilidade Intermediária em IFRS e CPC**. São Paulo: Atlas, 2014.

ALVES, Magda. **Como escrever teses e monografias: um roteiro passo a passo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. 114 p.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

_____. **Finanças corporativas e valor**. 6. ed. São Paulo: Atlas 2012.

_____. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque financeiro**. 7. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

BEUREN, Ilse Maria. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006. 185 p.

BLATT, Adriano. **Análise de balanços: estruturação e avaliação das demonstrações financeiras e contábeis**. São Paulo: Makron Books, 2001.

BRAGA, Hugo Rocha. **Análise avançada do capital de giro**. Caderno de estudo, São Paulo: FIECAFI. n.3, Set/1991.

_____. **Demonstrações financeiras: estrutura, análise e interpretação**. 7. Ed – São Paulo: Atlas, 2012. 248 pg.

BRAGA, Hugo Rocha, ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Mudança das contábeis na lei societária**, São Paulo: Atlas, 2008. p. 11-3; 138-9.

BRASIL. **Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976** – Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/eis/L6404compilada.htm. Acesso em 6 de junho de 2016.

_____. **Lei 11.938 de 28 de dezembro de 2007**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm. Acesso em 7 de maio de 2016.

BRUNI, Adriano L. **A análise contábil e financeira**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

CARLIN, Everson Luiz Breda; HOOG, Wilson Alberto Zappa. **Normas Nacionais e Internacionais de Contabilidade: comentadas de forma resumida e comparadas com os CPCs e IFRs : de acordo com as leis 11.638/07 e 11.941/09**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2011.

COGO, Carlos. **PIB da Agropecuária teve alta de 1,8% em 2015**. Disponível em: <http://www.carloscogo.com.br>. Acesso em 1 de abril de 2016

COMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **Estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações financeiras**: s/d (a) 7-18. Disponível em: Acesso em: 31 de agosto de 2016.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. **Pronunciamento Técnico 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa**. Disponível em: http://www.cpc.org.br/pdf/CPC03R2_final.pdf> Acesso em: 7 de maio de 2016.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Gerencial**: Teoria e Prática. São Paulo: Atlas, 1998.

_____. **Curso básico de contabilidade**: resumo da teoria, atendendo as novas demandas da gestão empresarial, exercícios e questões com respostas. 7. Ed. São Paulo, Atlas, 2013

CVM (Comissão de Valores Mobiliários), 1986. **Deliberação CVM nº 29/86**. Brasília: CVM, 1986. Disponível em <www.cvm.gov.br/legislacao/deli/deli029.html>. Acesso 08 de maio de 2016.

FREZATTI, Fabio. **Orçamento empresarial, planejamento e controle gerencial**. São Paulo; Atlas, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo, 1991.

GRECO, Alvíso.; AREND, Lauro. **Contabilidade**: teoria e prática básicas. - 3 ed.- São Paulo: Saraiva, 2011.

HORNGREN, Charles T; SUNDEM, Gary L; STRATTON, Willian O..**Contabilidade Gerencial**. 12. ed. São Paulo: Prendice Hall, 2004.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade gerencial**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

_____. **Análise de Balanços**. 9. Ed. São Paulo: Atlas, 2008. 254 pg.

_____. **Análise de Balanços**. 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2014. 254 pg.

_____. et al. **Manual de contabilidade societária**: aplicável a todas as sociedades. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

JUNIOR, J.; BEGALLI, G. **Elaboração e análise das demonstrações financeiras**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações financeiras**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Análise das demonstrações financeiras**: contabilidade empresarial. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

_____. **Análise das Demonstrações financeiras:** contabilidade empresarial. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

_____. **Análise das Demonstrações financeiras:** Contabilidade Empresarial. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

_____. **Contabilidade básica.** 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, Eliseu et al. **Análise didática das demonstrações financeiras.** São Paulo: Atlas 2014.

MARTINS JUNIOR, Joaquim. **Como escrever trabalhos de conclusão de curso:** instruções para planejar e montar, desenvolver, concluir, redigir e apresentar trabalhos monográficos e artigos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. 222p.

MATARAZZO, Dante. **Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

_____. Gerencial **Análise Financeira de Balanços: Abordagem Básica e Gerencial.** 6º Ed. São Paulo: Atlas, 2003

_____. **Análise Financeira de Balanço.** 7ª Edição. São Paulo: Atlas, 2010.

MODERNO, Revista Supermercado. **De janeiro a outubro do ano passado, 302,7 mil firmas encerraram suas atividades.** Disponível em: <<http://www.sm.com.br/detalhe/fechamento-de-empresas-e-o-maior-em-dez-anos>>. Acesso em 10 de maio de 2016.

MONTEIRO, Andréa Alves. **Fluxos de caixa e capital de giro:** uma adaptação do modelo de Fleuriet. Apresentado no XXVII ENANPAD, Atibaia- São Paulo, 2003.

NABAIS, C. e NABAIS, F. – Prática Financeira I: análise econômica & financeira. Editora. Lidel 6ª edição, 2011.

NETO. Alexandre A.; SILVA. César Augusto Tibúrcio. **Administração do capital de giro.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, Luís Martins de; PEREZ JÚNIOR, José Hernandez; SILVA, Carlos Alberto dos Santos. **Controladoria estratégica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade Gerencial:** um enfoque em sistema de informação contábil. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PADOVEZE, Clóvis Luís; BENEDICTO, Gideon Carvalho. **Análise das demonstrações financeiras.** 3. Ed. São Paulo, Cengage Learning, 2010

REIS, Arnaldo Carlos de Rezende. **Demonstrações financeiras: estrutura e análise.** São Paulo: Saraiva, 2003.

REIS, Arnaldo Carlos de Rezende. **Demonstrações financeiras: estrutura e análise**. 3. Ed. São Paulo: Saraiva, 2009

RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e análise de balanços fácil**. 9. Ed. São Paulo, Saraiva, 2011

RURAL, Revista Globo. **IBGE: Previsão Para Safra 2015 Atende Consumo De Arroz E Feijão**. Disponível em: <http://revistagloborural.globo.com/Noticias/noticia/2015/02/ibge-previsao-para-safra-2015-atende-consumo-de-arroz-e-feijao.html>.

Acesso em 1 de abril de 2016

SANTOS, José Luiz dos; SCHMIDT, Paulo; MARTINS, Marco Antonio. **Fundamentos de análise das demonstrações financeiras**. São Paulo: Atlas, 2006. 196p.

SCHMIDT, Paulo; MARTINS, Marco Antonio. **Fundamentos de análise das demonstrações financeiras**. São Paulo: Atlas, 2006. 196p.

SILVA, Alexandre Alcântara. **Estrutura, análise e interpretação das demonstrações financeiras**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SOUZA, Luiz Eurico de. **Fundamentos de Contabilidade Gerencial: Um Instrumento para Agregar Valor**. Curitiba: Juruá, 2008.

SOUZA, Acilon Batista de. **Curso de Administração Financeira e Orçamento: Princípios e Aplicações**. São Paulo: Atlas, 2014. 360 p.

TÓFOLI, I. **Administração Financeira Empresarial: Uma tratativa prática**. Campinas: Arte Brasil Editora / Unisalesiano – Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium, 2008.

VASCONCELOS, Yumara Lúcia. **Compreenda as finanças de sua empresa: introdução à análise das demonstrações financeiras**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.